ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2017-2021

Ata n.º 19/2020
Sessão Ordinária de 29 de Dezembro de 2020

Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas e cinco minutos, por videoconferência, deu-se início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sétimo do Regimento, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia, Hugo Miguel Guerreiro Nunes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:----------
---
----------**Lista de Presenças**:----------
---

23 Deputados Municipais do PS- Hugo Miguel Guerreiro Nunes (Presidente da Assembleia), Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, João Luis Calçada Correia, Carlos Manuel Pontes Costa, Vitor Cristiano da Piedade Ferreira, Maria Esteves Ferreira Lourenço, Abel Filipe dos Santos Matinhos, Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves, Fernando Pereira Marques, Joana Guerreiro da Conceição (2ª secretária), Fábio Miguel Cortes Nobre, Dora Maria Portela do Olival, José João Magalhães David, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Andreia Sofia Ribeiro Abrantes (em substituição de Rosana Corga Fernandes Durão), Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira (em substituição de Maria da Conceição Leite Esteves Duarte), Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nuno Tiago Sousa Trindade (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente) e Manuel Francisco Gonçalves Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião);----------
---

9 Deputados Municipais do PSD- Sebastião Francisco Seruca Emídio, Mário Baião Botelho da Silva, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques (1º secretária), Ricardo Manuel Casanova Lampreia, João Manuel Guerreiro da Conceição, Bárbara Maria do Amaral Correia, Duarte José de Sousa Duarte, Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir) e Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim);----------
---

1 Deputado Municipal do BE- Carlos José da Silva Martins;----------
---

Também estiveram presentes o **Presidente da Câmara,** Vítor Aleixo e os **Vereadores**, Pedro Pimpão, Heloísa Madeira, Abílio Sousa, Ana Machado, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, José Graça e Horácio Piedade.----------
---

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:----------

Os **Deputados Municipais do PS**, Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos, não tendo o mesmo sido substituído, Rosana Corga Fernandes Durão, tendo a mesma sido substituída por Andreia Sofia Ribeiro Abrantes, Maria da Conceição Leite Esteves Duarte, tendo a mesma sido substituída por Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira.----------
O Deputado Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Adriano Nuno Tiago Sousa Trindade.----------
---

O **Deputado Municipal do CDS**, António José Mendes Pinto Farrajota, não tendo o mesmo sido substituído.----------
---

O **Deputado Independente**, Fernando Domingos dos Santos, informou previamente o Presidente da Assembleia Municipal, que não iria participar na reunião.----------
---

Para coadjuvar os trabalhos na mesa, nas funções de **1.ª Secretária**, foi solicitada a colaboração da Senhora Deputada **Maria José Botelho da Palma Bento Vasques.**----------
---

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:----------
---

----------**Ordem de Trabalhos**----------

1-Intervenção do Público;----------
2-Aprovação de Atas;----------
3-Informação sobre Expediente e Requerimentos;----------
4-Período de Antes da Ordem do Dia;----------
5-Moções;----------

6-Período da Ordem do Dia;----------

---

a)- Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal, e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;----------

---

b)- Proposta 55/2020- Deliberação relativa ao **Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2021**, de acordo com o disposto no artigo 25.º, n.º1 alínea a) e artigo 33.º, n.º 1 alínea c) da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro; **[Proposta da Câmara Municipal n.º 1666-2020]**;----------

---

c)- Proposta 56/2020- Deliberação relativa à **Proposta de Fiscalidade Municipal para 2021, Fixação da Taxa de IMI, incluindo a redução da Taxa de IMI para as freguesias do interior e para famílias com dependentes;** - A fixação da Percentagem referente à participação variável do IRS; - a aplicação da Derrama sobre o lucro tributável e não isento de IRC, nos termos do artigo 112.º do CIMI, alínea c) do n.º 1; **[Proposta da Câmara Municipal n.º 1652-2020]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

---

d)- Proposta 57/2020- Deliberação relativa à **Assunção de Compromissos Plurianuais - Ano 2021**, nos termos do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro na redação atual **[Proposta da Câmara Municipal n.º 1678-2020]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

---

e)- Informação relativa à **1ª Alteração ao Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Nascente de Quarteira (PPZNQ)**, tomar conhecimento da Ata e Pareceres da Conferência Procedimental e da Ata da Reunião de Concertação com a CCDR Algarve- Abertura do Período de Discussão Pública, nos termos do n.º1 do artigo 119.º, conjugado com o n.º3 do artigo 86.º, ambos do RJIGT;**[Proposta da Câmara Municipal n.º 1676-2020]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

---

Aditamento à Convocatória:----------

6- Período da Ordem do Dia;----------

---

f)- Proposta 58/2020- Deliberação relativa à **Aprovação da 2.ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Boliqueime, no âmbito da Delegação de Competências,**

no valor de 113.115,40€ (*cento e treze mil, cento e quinze euros e quarenta cêntimos*); [Proposta da Câmara Municipal n.º 1780-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

---

g)- Proposta 59/2020- Deliberação relativa à **Aprovação da 4.ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia de Quarteira, no âmbito da Delegação de Competências, para o ano 2020, no valor de 350.000,00€ (*trezentos e cinquenta mil euros*); [Proposta da Câmara Municipal n.º 1768-2020]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

---

h)- Proposta 60/2020- Deliberação relativa à **Proposta de Regulamento Específico de Estacionamento Controlado da Zona 06- Quinta do Lago (Almancil),** Regulamento n.º 300/2011, publicado no Diário da República, 2.ª Série, N.º 91, de 11 de Maio de 2011; **[Proposta da Câmara Municipal n.º 1765-2020]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

---

i)- Proposta 61/2020- Deliberação relativa à **Aprovação do Acordo de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de Quarteira; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1785-2020]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

---

j)- Informação relativa ao **Programa de Ação para a Gestão da Crise Social e Económica do Município de Loulé- Novas Medidas de Apoio ao Comércio Local e Associativismo (PAGCSE);[Proposta da Câmara Municipal n.º 1763-2020]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

---

Foram iniciados os trabalhos----------

Entrou-se no Ponto 1 da Ordem de Trabalhos:----------

---

1 - Intervenção do Público;----------

Neste ponto não houve pedidos de Intervenção do Público.----------

---

2- Aprovação de Atas;----------

Ata n.º 6/2020, Sessão Extraordinária de 23 de junho de 2020;----------
Ata n.º 7/2020, Sessão Extraordinária de 26 de junho de 2020;----------
Ata n.º 9/2020, Sessão Extraordinária de 14 de julho de 2020;----------

Ata n.º 10/2020, Sessão Extraordinária de 31 de julho de 2020;----------

---

O Presidente da Assembleia, referiu que relativamente a uma das atas, a Deputada que participou em nome do Bloco de Esquerda fez um pedido de clarificação relativamente à sua intervenção, dizendo qual a frase que gostaria que fosse citada da sua intervenção. As atas apesar de não poderem ser totalmente exaustivas tendem a ser o mais fiel possível e, neste caso, havendo um pedido claro de intervenção do registo da intervenção que foi proferida, não há inconveniente. Proponho que relativamente a essa ata, esta seja aprovada condicionada à inserção deste Ponto, que será inserido nos termos que a Senhora Deputada assim o previu e depois a seguir nós remeteremos essa ata à Comissão Permanente e se tiver a concordância unânime da Comissão Permanente será considerada aprovada.----------

Mais referiu que na Ata n.º 6, essa Assembleia foi presidida pelo Professor Pimpão, a quem nós pedimos que pudesse também analisar a Ata e dar o seu contributo, sei que isto foi feito, e foi também para o anterior Presidente para poder analisar e verificar da sua concordância. Isso aconteceu para a Ata da reunião n.º 6 e para a Ata da reunião n.º 7.----------

---

Passou-se à votação;----------

Ata n.º6/2020, Sessão Extraordinária de 23 de junho de 2020: foi aprovada por unanimidade.----------

---

Ata n.º7/2020, Sessão Extraordinária de 26 de junho de 2020: foi aprovada por unanimidade.----------

---

Ata n.º9/2020, Sessão Extraordinária de 14 de julho de 2020: foi aprovada por unanimidade.----------

---

Ata n.º10/2020, Sessão Extraordinária de 31 de julho de 2020: foi aprovada por unanimidade.----------

---

3- Informação sobre Expediente e Requerimentos;----------

Neste ponto não foram apresentados quaisquer documentos de expediente ou requerimentos.----------

---

Passou-se ao ponto seguinte;----------

4-Período de Antes da Ordem do Dia;----------

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, referindo que queria apenas um esclarecimento relativamente a algo que tem sido, especialmente foi durante o mandato do Doutor Seruca Emídio, do Partido Social Democrata, foi um baluarte, era uma congratulação que nós tínhamos que diz respeito à bandeira verde. A bandeira verde foi atualmente atribuída a 56 municípios este ano, entre eles, Albufeira, Lagos, Tavira, Vila do Bispo, para dizer os do Algarve, é um ato, um símbolo que vem através da Assembleia-Geral das Nações Unidas que estabeleceu protocolos, nomeadamente, que com quem tem essa bandeira estabelece princípios de desenvolvimento sustentável, nomeadamente em radicar a pobreza, em radicar a fome, a saúde e a qualidade de vida, energias renováveis, ação climática. Colocava a minha questão ao Senhor Presidente da Câmara se outrora tivemos esta bandeira, que hasteamos com muita dignidade e muito louvor, creio que se perdeu, provavelmente, no decurso do mandato deste Executivo, queremos saber porque razão não conseguimos manter esta bandeira, sendo que a joia da coroa deste Executivo tem sido sempre o ambiente, a pegada ecológica, a saúde e a qualidade, se isto é um dos objetivos desta bandeira verde, porque é que o município do Loulé foi preterido no país, falando do Algarve por Albufeira, Lagos, Tavira e Vila do Bispo.----------

---

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Fábio Nobre (PS)**, deixando uma palavra de congratulação pela entrega do ano de projeto do Centro de Educação e Cultura de Quarteira, por parte do Senhor Arquiteto Pedro Domingues, que ocorreu há uma semana, no dia 22 de dezembro, porque considero que este é mais um passo importante num projeto que é um anseio meu pessoal e também de muitos quarteirenses e que temos vindo a esperar com alguma ansiedade o desenvolvimento e a consolidação deste projeto, mas a verdade é que está a dar os passos que tem que dar e eu fico muito feliz e queria congratular os dois Executivos, tanto da Câmara, tanto da Junta de Freguesia de Quarteira, sobretudo pela visão, e aqui acredito que seja muito uma visão pessoal do Senhor Presidente da Câmara, o Doutor Vítor Aleixo, em perceber que uma forma muito importante para dinamizar este espaços, neste caso, era a aposta na Educação, que é o que vai acontecer neste espaço em Quarteira porque vai englobar a Escola de Dança que em comunicação criará uma sinergia muito positiva com a Escola de Música em Loulé. Isto porquê? Porque também importa tentar garantir estes espaços, e em alguns casos do país que são feitas estas apostas, é investido uma quantia considerável e depois acaba muitas vezes por estar ao abandono, ou porque não há capacidade de gestão ou capacidade de dinamização. Portanto, nós sabemos que em Quarteira com esta aposta na Educação e numa área que é tão

popular nos jovens da nossa cidade, eu acompanho isso de perto, que é a dança, nós temos muitos dançarinos que têm dado cartas e é muito importante também pela parte cultural da questão. Portanto, acho que é um projeto vencedor, é verdade que e eu próprio tenho sido um pouco crítico em relação ao tempo que está a levar a fazer, mas fico muito feliz por ver que as coisas estão a aparecer e sei que para além do atual Executivo, sei que também é uma aposta muito pessoal do nosso Presidente porque ele próprio é um confesso admirador da importância da cultura. Por isso não queria deixar passar em claro esse passo que aconteceu há uma semana e que me deixa muito feliz e expectante para com o futuro.-------

---

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, referindo em primeiro lugar que a Velha Fonte Santa de Quarteira continua ao abandono, mostra bem o desinteresse da Câmara pelo seu património. Lembro-me enquanto criança ter acompanhado um familiar para tratamento nas suas águas, pois acreditavam ser medicinais. Mesmo sem a importância das qualidades medicinais das suas águas, a Fonte Santa merecia mais da Junta de Freguesia de Quarteira e da Câmara de Loulé. E pergunto, gostaria de sugerir a libertação da Fonte e do espaço envolvente e perguntar à Câmara se tem algum projeto em curso para libertação do espaço?----------

Através de e-mails datados de 30.11.2020, o Gabinete de Apoio ao Senhor Presidente da Câmara recebemos resposta a 2 requerimentos do BE, ficando sem resposta, entre eles, um de 01.06.2020 sobre na Marina de Vilamoura quem é que tem as competências de gestão e as receitas das esplanadas e quem paga a iluminação pública da marina? Continuamos sem resposta e gostaríamos de as ter. Através do pedido de informação de 4 de fevereiro de 2020 sobre as escolas e equipamentos municipais com cobertura em amianto e para quando estava programada a sua remoção, a resposta que tivemos é que das 45 escolas do concelho só 1 é que tem amianto, ou seja, a Escola E. B. Padre Cabanita, que brevemente iria ser removida para colocação de painéis fotovoltaicos. Quanto à segunda questão será fornecido, não diz quando, o número detalhado de equipamentos que possam ainda ter amianto. Passado 10 meses respondem de forma tardia e incorreta. Afinal, para além da escola citada, também a Escola Secundária Laura Aires de Quarteira, Escola E. B. de Almancil, Escola E. B. Professor Cavaco Silva, Boliqueime, estão nas mesmas condições de acordo com a proposta de orçamento para 2021, página 23, que de seguida iremos debater. É triste com tantos funcionários e chefes de divisão, 9 diretores de departamento e mais 2 diretores municipais não saibam quantos equipamentos municipais têm cobertura com amianto e, mais grave, no município que se preza como o grande defensor do ambiente, que ainda existiam no seu território edifícios com amianto. A resposta à outra questão foi acerca do acesso condicionado no

Caminho da Quinta da Umbria, a Câmara não respondeu à maioria das perguntas, o requerimento já fez um ano, no entanto, ficamos a saber e cito: "a situação foi constatada pela Fiscalização Municipal, mas que era passível de licenciamento e de autorização." Esclarecendo mais à frente que essa autorização e esse licenciamento ainda não foram concretizados, mas a Câmara Municipal está em contacto com o Promotor para regularizar o mais breve possível e será dada informação, coisa que até agora não aconteceu.----------

---

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Nuno Trindade (PS)**, em representação da Junta de Freguesia de Boliqueime, para colocar uma questão ao Executivo. Estamos a chegar ao final de mais um ano e uma das principais obras que abrange a Freguesia de Boliqueime, Quarteira, São Sebastião, principalmente essas três, é a colocação da água e de esgotos através da Nacional 125. Gostaria que o Executivo esclarecesse qual é o ponto de situação desta referida obra.----------

---

Pediu para intervir o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, para colocar algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara, nomeadamente, no âmbito daquilo que é neste momento uma das matérias mais importantes para lá da saúde, que naturalmente tem sido feito um grande esforço. A minha questão é se o Senhor Presidente da Câmara tem a noção do impacto que tem a inércia do Departamento de Urbanismo e a quantidade de empresas que destrói e os postos de trabalho inerentes a essa destruição e a economia que é lesada pela inércia. E consiste em quê essa inércia? O Senhor Presidente ao não cumprir a Lei através do Departamento de Urbanismo, nomeadamente, não dando resposta aos pedidos em tempo que a Lei prevê, levando que a violação da Lei sistemática destrói empresas, destrói perspetivas de negócio e, em geral, leva ao desemprego e a muitas pessoas a ficarem em situação extremamente difícil, levando em conta que nesta situação atual faria toda a diferença que o Senhor Presidente fosse capaz de cumprir a Lei, permitindo às pessoas que pretendem investir uma resposta em tempo útil não só porque é essa a perspetiva das pessoas, mas também porque a Lei prevê e o Senhor tendo sido eleito para gerir a Câmara é aquele que deveria ser o primeiro garante da Lei, até porque é isso que o Senhor solicita aos cidadãos em geral que, eventualmente, por alguma razão não a cumprem quer com vontade, quer por vezes por alheados dessa obrigação. Pergunto-lhe em termos finais, relativamente a esta questão, o Senhor tem a noção do impacto e da destruição da economia que tem o seu incumprimento sistemático da Lei e o que daí resulta relativamente à destruição do emprego e de um modo em geral, não pondo em questão aquilo que o Senhor Presidente da Câmara pretende fazer, mas aquilo que o Senhor faz, não pondo em questão aquilo que o Senhor anuncia, gostaria que fizesse, gostaria de fazer, mas aquilo

que efetivamente concretiza, pergunto-lhe nesse sentido se tem esta noção e o impacto que tem na nossa economia e se pretende fazer alguma coisa com muita urgência, para breve?----------

---

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, para fazer uma nota sobre o momento dramático que vivemos da pandemia e mandar o reconhecimento ao Governo da República e ao Município de Loulé pelo trabalho que têm desenvolvido no sentido de mitigar a pandemia e os seus efeitos colaterais. O grupo municipal avaliando o desempenho considera que se está a fazer o possível no sentido de se ir atenuando os efeitos deste drama que agora com a vacina esperançosamente será a solução para mitigar esta pandemia, apesar de não podermos folgar, termos que manter as regras de segurança, nunca esquecer isto, mesmo com vacina.----------

Queria levantar duas questões ao Executivo Municipal. Uma delas, qual o ponto de situação da obra da Escola Secundária D. Dinis, em Quarteira, obras importantíssimas para Quarteira e para o concelho, o que se desenvolve num ponto do território todo o concelho ganha, é este o espírito que devemos ter.----

Por outro lado, o projeto do Mercado Municipal de Quarteira, como é que está o ponto de situação e, nomeadamente, o Pavilhão Multiusos de Almancil e penso que foi notícia, mas queria ouvir da boca do Executivo Municipal, o andar da obra da requalificação do Centro de Saúde de Loulé.----------

Queria aqui afirmar também que do ponto de vista ambiental, este Município não tem ficado atrás, nem tem ficado aquém das expectativas que são as exigências na atualidade. Estamos a falar da mobilidade elétrica, de carregadores para veículos elétricos, que já estão instalados no nosso concelho, é uma forma das novas tecnologias da mobilidade e às opções que alguns munícipes possam fazer ao adquirir veículos elétricos e começarem a usar veículos elétricos, portanto, uma rede em todas as sedes de freguesia, onde temos carregadores nas cidades de Quarteira e Loulé. Neste âmbito do ambiente e da questão de não se ter conseguido a bandeira verde. Eu costumo dizer, em sentido figurado, que para ser fiel à mulher, não é preciso usar aliança, são figuras de estilo. Queria-vos dizer, então, a grande empreitada e a grande obra que existe na instalação de painéis fotovoltaicos que estão nas escolas municipais do nosso concelho. Dar duas referências à questão da bandeira verde, não conseguimos, mas penso que por não termos bandeira, não estamos folgados, de forma nenhuma, eu só enunciei duas questões, que são muito sensíveis, a mobilidade elétrica e a energia fotovoltaica que está a ser instalada em quase todas as escolas do concelho de Loulé.----------

Para responder às questões foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, desejando, em primeiro lugar, votos de um próximo ano diferente, para melhor,

que haja mais esperança e mais otimismo e que possamos sair deste pesadelo que dura há um ano da pandemia.----------

Respondeu ao Senhor Deputado Mário Botelho sobre a bandeira verde. Nós sempre que concorremos, a bandeira verde foi atribuída ao Município de Loulé, mas nos últimos 2 anos deixamos de concorrer e eu explico porquê. Esta mudança de deixar de concorrer, é por boas razões, não é que haja aqui falha da parte do trabalho da Câmara, pelo contrário. A Câmara Municipal de Loulé, eu não quero ser excessivo nas palavras, mas é de facto um farol no país em termos de políticas ambientais, estamos envolvidos em inúmeros projetos que testemunham exatamente que a política da Câmara Municipal de Loulé, esta administração está muito focada nas problemáticas do ambiente e é porque temos uma série de dossiers em curso, muito trabalho na área do ambiente que achamos que continuar a apresentar essa candidatura quando sempre nos foi atribuída a bandeira verde e em várias edições fomos mesmo o Município mais pontuado. Nós continuamos a coligir os indicadores ambientais e carregamo-lo num Observatório Ambiental que existe na Câmara Municipal de Loulé, talvez os Senhores Deputados não saibam, mas até isso nós temos, o que testemunha bem o nosso pioneirismo nas políticas ambientais. Mas para ser concreto e não fugir à pergunta, também lhe quero dizer que nós neste momento temos todo o staff humano que trabalha na área ambiental, eles estão focados, nós estamos juntamente com ICNF em processo de aprovação de mais uma Paisagem Protegida Local, na Lagoa de Almargem, em Quarteira, a juntar aquelas 2 que já temos na Fonte da Benémola e na Rocha da Pena. Depois temos projetos também que ultimamente nos têm mobilizado muito, o Cadoiço Vivo, os Mega-Lapiás, temos trabalhado muito em articulação com a Associação Almargem, estamos a ultimar o primeiro plano do país de ação climática, temos o projeto extraordinariamente importante para o futuro, um projeto estruturante para o interior de 3 concelhos do Algarve central, Loulé, Silves e Albufeira, com a classificação do Geoparque Mundial com chancela Unesco, talvez não saibam, mas esse projeto assenta todo ele na lógica dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, os ODS, e, portanto, é um projeto estruturalmente ambiental e que mobiliza também todos os nossos recursos. Depois os nossos Centros de Educação Ambiental têm uma programação anual constante. Os meninos com os nossos técnicos de ambiente visitam ribeiras, visitam a floresta, observam aves, a flora e a programação é constante. Abrimos, por último, o último dossier que faltava à Câmara Municipal de Loulé para que a Câmara em termos de políticas ambientais esteja a agir em todas as frentes, faltava-nos a frente da Floresta e da Biodiversidade e garanto-vos que também aqui o Município de Loulé vai-se posicionar na vanguarda dos municípios portugueses. E Senhor Deputado, não se esqueça que o autarca de Loulé é o Presidente da Rede de Municípios Portugueses para a Adaptação às

Alterações Climáticas. Estas coisas não acontecem por acaso e, portanto, no que diz respeito à política ambiental este é, de facto, um ponto muito forte. Para terminar, no dia em que voltarmos a concorrer, mas o trabalho é tanto, pode ter a certeza que ganharemos novamente a bandeira verde, não tenha a menor dúvida disso porque muitos países olham para o município de Loulé como um município exemplar. Mas não podemos ir a todas, como em tudo na vida temos de definir prioridades e entre fazer aquilo que todos fazem e voltar a ganhar aquilo que já ganhamos tantas vezes, nós procuramos alocar os nossos recursos humanos, os nossos técnicos, a outras áreas da política ambiental e eu não referi todos, acredite.----------

De seguida, gostaria de responder ao Senhor Deputado Carlos Martins, para referir que a Fonte Santa está num espaço privado, foi adquirido por um empresário português e, portanto, mesmo que quiséssemos tínhamos restrições para poder chegar à Fonte Santa, espaço a que os quarteirenses se ligaram historicamente, afetivamente e que se justificaria, naturalmente, mas a verdade é que se encontra num espaço privado e nós temos restrições de fazer ali o que quer que fosse. Relativamente ao amianto, eu queria dizer-lhe o seguinte, a Câmara de Loulé aí também tem trabalhado muito bem porque praticamente das 45 escolas apenas 3 ainda hoje têm amianto. No próximo Carnaval e na Páscoa vai ser retirado o amianto em várias escolas. Não esqueçamos que eu próprio me dirigi ao Município do Seixal, há cerca de 6 meses, e tive a oportunidade de assinar em nome do Município de Loulé um Protocolo deste atual Governo para remover o amianto das escolas portuguesas. Nós somos dos municípios que aderimos, já tínhamos trabalho feito nesta área, a remoção do amianto em várias escolas é um trabalho que tem levado vários anos, mas nós estamos na reta final. Há procedimentos em curso, como lhe disse no Carnaval e na Páscoa várias escolas vão ser intervencionadas, há umas que não, e porquê? A Escola Cabanita, nós estamos a trabalhar para instalar lá painéis fotovoltaicos, tal como fizemos na Escola Básica de Salir que está toda ela coberta com painéis fotovoltaicos, o que devo-lhe dizer não tem muitos exemplos destes no país e nós já estamos a fazer isso. Um pouco diferente com a Escola Secundária de Quarteira, que tem ainda cobertura, mas a Escola Secundária de Quarteira não é daquelas escolas que estejam na esfera da responsabilidade municipal e além do mais é uma escola muito degradada que, provavelmente, teremos que neste momento pensar muito mais em substituí-la por uma escola nova e acho que essa deve ser a prioridade. Queria tranquilizar o Senhor Deputado que neste aspeto temos praticamente as coisas resolvidas em praticamente todas as escolas com raras exceções e que, portanto, espero que fique mais tranquilo com esta informação que lhe trouxe.---

Para responder ao Senhor Deputado Nuno Trindade, queria-lhe dizer que relativamente ao abastecimento de água e esgotos em cerca de 14 quilómetros

entre para lá de Vale Judeu até Meritenda nós finalmente temos um projeto feito, é o quarto projeto, este projeto foi aprovado já pelas Infraestruturas de Portugal, nunca a Câmara que fez vários esforços durante anos para conseguir entrar e poder fazer a obra, nunca a Câmara chegou tão longe, temos um projeto em que as Infraestruturas de Portugal comunicou que está extremamente bem feito, é um projeto quase de filigrana porque é um projeto complexo porque uma parte da canalização para o abastecimento de água passará no corredor técnico onde a concessionária RAL dispõe de ao longo da plataforma, vários equipamentos de contagem de tráfego, cabos de fibra ótica e outros equipamentos e que, portanto, o projeto é um projeto muito delicado, mas o projeto está aprovado. A outra parte que diz respeito aos esgotos passará maioritariamente atrás das vivendas, e para além do projeto já estar todo encerrado, aprovado pela IP, nós temos a concordância de quase uma centena de proprietários, falta-nos ainda mais 300 proprietários. Para que tenham a noção da complexidade desta obra, nós para entrarmos ali temos que ter a concordância de mais 300 proprietários. Os Senhores Presidentes da Junta, Nelson Brazão, Telmo Pinto e Manuel Guerreiro, estão a ir para o terreno, a contactar as pessoas para identificar os proprietários, porque uma coisa é quando está lá uma casa, é fácil contactar o proprietário e ele dizer "sim, senhora, eu quero os esgotos, assino aqui uma declaração que permite a passagem das infraestruturas", outra coisa são terrenos que não têm casas nenhumas, que são muitos, e nós não conhecemos os proprietários e hoje com a Lei de Proteção de Dados, por estranho que vos possa parecer, é difícil chegar ao conhecimento de quem são as pessoas das quais temos que ter a autorização para executar a obra. Mas uma boa notícia é que tem sido um processo extremamente difícil, um processo muito complexo, mas a Câmara Municipal de Loulé nunca chegou a este ponto, ter um projeto aprovado com parecer positivo das Infraestruturas de Portugal. E nós temos isso hoje e parece-me que essa é uma boa notícia que eu gostaria de aqui partilhar com os Senhores Deputados da Assembleia Municipal.----------

A resposta ao Senhor Deputado Carlos Martins, que me falou de requerimentos, aqueles que não foram respondidos, vão ser, nós estamos a melhorar o trabalho nesta área no sentido de responder de uma forma mais célere. Senhor Deputado pode ter a certeza que vai receber resposta pelas quais aguarda e que tem todo o direito. E, portanto, é uma questão ainda de nós afinarmos ainda melhor a nossa máquina administrativa para poder responder de uma forma mais célere aos requerimentos, às questões que são colocadas pelos Senhores Deputados Municipais.----------

---

Foi dada a palavra à Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, para dar alguma justificação, se é que é necessária, à intervenção do Senhor Deputado João

Guerreiro. Relativamente aos atrasos nas respostas do Departamento do Urbanismo e ao incumprimento, às ilegalidades por não cumprimento dos prazos de que acusa a Câmara. A primeira questão que eu gostava de lhe perguntar é que, em que momento é que esta Câmara, com o dinamismo que tem a nível do Urbanismo, conseguiu estipular os prazos que a Lei estipula e que são completamente fora de cogitação num concelho com o dinamismo urbanístico que este tem? Não é desconhecido de todos, as dificuldades que o Departamento do Urbanismo passou no último ano. Este foi efetivamente um ano *horribilis* para o Departamento de Urbanismo, mas não foi por isso que baixamos os braços, não foi por isso que nos fomos abaixo, o número de processos licenciados, o número de informações técnicas realizadas, o número de licenças de construção emitidas e o número de licenças de utilização emitidas, fala por si. Nós não baixamos os níveis de produtividade. O número de processos é que continuou num ano como este de crise a aumentar exponencialmente e o número de técnicos disponíveis, perante factos que são conhecimento de todos, a diminuir. Isso tem tido uma inversão nos últimos meses em que já houve a contratação de 4 novos arquitetos, através do sistema de mobilidade, vai entrar mais um arquiteto na primeira semana de janeiro, vem dos Açores para o Departamento, a contratação de mais um engenheiro, que já está ao serviço há cerca de 15 dias e o concurso para a entrada de mais arquitetos está quase finalizado, está com a contratação externa, e esperamos que durante o primeiro semestre de 2021 haja uma contratação em massa de arquitetos para o departamento de urbanismo e para a Câmara de Loulé. Dar uma resposta mais atempada e mais condicente com a potencialidade urbanística deste concelho. Mas eu não quero deixar de dar nota de uma coisa, se há coisa que o Município e o Urbanismo não são culpados é pelo ataque à economia ou pelo desgaste das empresas, como referiu. Este concelho continua a merecer a confiança dos investidores e dos munícipes, vê-se isso pelo número de processos novos que entram e que continuam a aumentar, sempre, todos os meses aumentam e isso traduz a confiança dos investidores e o Departamento de Urbanismo é também uma peça fulcral nisso, os valores cobrados no IMT que em todos os concelhos deste país, num panorama e num ano de crise como este, se podem orgulhar que conseguiram aumentar a receita IMT. É certo que isso não depende só do Urbanismo, mas se não houvesse confiança dos investidores e se não houvesse confiança dos munícipes, se as pessoas não quisessem vir para aqui viver e não quisessem gastar o seu dinheiro na aquisição de casas, isso não aconteceria. Essa é a resposta que eu dou ao Senhor Deputado e à economia, é que nós somos um concelho muito resiliente e muito resiliente somos no Urbanismo e vamos continuar a ser.----------
---

Pediu para intervir o Senhor **Presidente da Câmara**, para responder ao Senhor Deputado Carlos Costa relativamente à Escola D. Dinis em Quarteira, que ainda é até ao arranque do equipamento para o Desporto e para a Cultura de Almancil, o Pavilhão de Almancil, ainda é o investimento público mais pesado em curso. Está a correr muito bem, o cronograma da execução da obra está a ser cumprido, a empresa tem demonstrado níveis de prestação muito bons e julgamos que na altura própria este equipamento será colocado à disposição da comunidade escolar de Quarteira. Finalmente recebemos o visto do parecer do Tribunal de Contas e arrancará ainda durante a primeira quinzena do mês de janeiro, o Pavilhão de Almancil irá começar.----------

Sobre os contentores no Centro de Saúde de Loulé. Trata-se a uma área dedicada a doentes respiratórios, a Câmara investiu naquele complexo de pavilhões, que já está dotado de comunicações e de mobiliário e onde, em breve, entrará em funções, nós gastamos ali um pouco mais de 70.000,00€ porque é um equipamento que se revelava absolutamente necessário neste contexto da pandemia. Queria dizer também, e que é uma satisfação partilhar convosco, que hoje, neste local, já foram vacinados mais de 40 profissionais na área da saúde. E por aquilo que sei este espaço vai ser um centro de vacinação para que os cidadãos possam nos próximos meses serem chamados e tomarem a vacina.--------

---

Pediu para intervir o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, para aperfeiçoar o detalhe da sua intervenção. Dizendo que naturalmente vê nas palavras da Senhora Vereadora e do Senhor Presidente uma narrativa muito interessante. Eu concordo em parte quando diz que temos um dinamismo inigualável, pelo menos invejável a nível nacional, é verdade, mas infelizmente dou por mim a observar que no tempo da gestão socialista nos últimos sete anos não abriu nenhum hotel no concelho de Loulé, sendo que este é um dos elementos preponderantes para o emprego e para o dinamismo económico ligado ao turismo. Não tem um único projeto concretizado de dimensão média ou grande, não tem nenhuma empresa de porte grande para um projeto de envergadura interessante para gerar riqueza e emprego que seja da vossa exclusiva iniciativa e responsabilidade. Também é verdade uma coisa, também agora consegue concordar que violam constantemente a Lei por incapacidade de cumprir os prazos que a Lei define, mas impõem aos cidadãos que cumpram esses mesmos prazos, para si não é possível cumprir porque entende que não há meios, para o cidadão comum investidor que visa dotar o município de melhores condições futuras pagando não só as taxas como os impostos inerentes, a Senhora diz que eles têm que cumprir. Eu compreendo essa sua visão de dicotomia que lhe interessa dizer, é lógico, da sua parte não é possível cumprir porque não tem meios ou porque de repente o município foi assolado por uma tempestade que não foi possível controlar. O que é

certo é que o prazo ultrapassa largamente um ano, muitas vezes os projetos passam um a dois anos, e os Senhores não dão resposta, essa é que é a situação, e o elemento que condiciona a destruição dessas empresas que dependem desses projetos é exatamente isto, os Senhores não cumprem, o cidadão não tem uma resposta e os Senhores destroem-lhe a empresa porque o cliente vai embora, o investidor se for estrangeiro não compreende este atraso relativamente ao cumprimento da Lei. Também é verdade que esta falácia da economia municipal da receita ter, inclusive, aumentado para chegar ao ponto de me dizer que o IMT subiu, oh, Senhora Vereadora, oh, Senhor Presidente da Câmara, os Senhores passaram do anterior mandato do problema da dívida, afinal não havia dívida nenhuma, o município estava dotado das condições para gerar receita que não é da vossa responsabilidade, vocês não fizeram nada para isso, o dinheiro cai-vos nos cofres. Neste mandato agora temos o problema gravíssimo, naturalmente para tudo e para todos, que os Senhores utilizam para como todo o escudo da incapacidade de realizar, que é o problema do COVID-19, que infelizmente nos assolou uma desgraça efetivamente real, mas por favor não utilizem até à exaustão esta conversa. O anterior Executivo foi o problema da dívida, agora o problema do COVID. A inércia tem custos para tudo e para todos, nós pagamo-los, esse é que é o problema. Eu compreendo e gosto aquela de prometer, aquela ladainha, sem faltar ao respeito a ninguém, sabe que eu admiro imenso a sua argumentação, Senhor Presidente, a narrativa bem treinada, infelizmente, não consigo admirar tão bem que essa narrativa argumentativa que depois tenha a sua consistência na concretização dos projetos. Este é que é o problema para nós todos. A economia, os cidadãos, o emprego e a vida social local só progride com investimento, e o Senhor fala, fala, fala, gasta o dinheiro na mesma e não investe, esse é que o problema, Senhor Presidente, compreende? Este é que é o problema e os Senhores se não empatassem a economia, acredito que já fizessem um excelente trabalho, mas o problema é que empatam a economia, o dinamismo social e empresarial não se deve ao seu trabalho. O Senhor por acaso já foi empresário, o Senhor é por acaso empresário, creio eu, já beneficiou, inclusive, de apoio a fundo perdido à sua empresa, mas, no entanto, agora parece que é contra as empresas e di-lo e já o disse em artigos repetidos nas redes sociais, isso para mim é uma infelicidade. Eu lamento imenso que isso aconteça. O Senhor em tempo, naturalmente como todos os cidadãos que foram comerciantes à época, teve um apoio, concorreu, expandiu a sua empresa, a fundo perdido, beneficiou do apoio do Estado ao comércio, e eu acho bem como muitos milhares de cidadãos empresários, como agora nesta fase de pandemia seria normal que um município, como diz a Senhora Vereadora, até aumentou a receita, naturalmente que apoiasse a atividade económica. Senhor Presidente, pense nisto, por favor, é o repto que lhe faço, já lhe fiz numa outra intervenção e faço-

lhe novamente, olhe para a economia de uma forma mais séria e olhe para as empresas como seus aliados, da sua comunidade, onde o Senhor pertence, Senhor Presidente.----------

---

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, referindo que ficaram muito satisfeitos com a resposta dada pelo Senhor Presidente da Câmara sobre os investimentos previstos no orçamento para 2021 de remoção de fibrocimento em 4 escolas. A nossa tentativa foi de esclarecer que a resposta que foi dada ao Bloco de Esquerda que era só 1 escola, na realidade são 4 escolas, no entanto, seria também importante sabermos quantos edifícios municipais carecem do mesmo tratamento porque as escolas são um mundo, uma comunidade escolar, mas os outros edifícios também são pessoas de outra comunidade louletana. Também não respondeu sobre as questões solicitadas quanto à Marina de Vilamoura, quem é que gere as receitas das esplanadas e quem é que paga a iluminação pública e como se trata de dinheiros públicos para pagar serviços de entidades privadas há aqui qualquer coisa que está em contrassenso. Por último, brevemente vão começar as obras, espero eu, do futuro Centro de Saúde de Loulé, verifiquei há tempos a existência destes contentores que agora foram citados, e a pergunta que faço é se estes contentores onde estão localizados, implantados, não colidem com a futura obra do Centro de Saúde de Loulé.---------

---

Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, referindo que esta postura de alguns deputados do PSD em reafirmarem coisas que nós sucessivamente com argumentos racionais, negamos e desmontamos, portanto, este é um círculo vicioso que se torna cansativo e que pela minha parte não estou muito interessado em alimentá-lo. Quando se diz que a Câmara Municipal de Loulé destrói empresas, que é inimiga da economia, que eu próprio sou contra as empresas, que escrevi isso publicamente nas redes sociais, bem, isso são afirmações tão graves, que quem as faz devia ponderar muito bem aquilo que está a dizer porque não podemos uns com os outros em democracia, esse não pode ser esse o nosso nível de diálogo. Se eu fosse contra as empresas, contra a atividade económica, bem eu acho que isso era uma negação daquilo que eu próprio sou toda a vida. Repare que eu não sou político de carreira, eu sou um pequeno empresário, sempre lutei na minha vida pelo pão que fui trazendo para casa, para educar os meus filhos e para ter a minha família, e para adquirir a casa que hoje tenho. Isso custou-me, saiu de mim, nunca tive atividade política em exclusivo, portanto, eu posso perceber muito bem o problema dos empresários, portanto, não lhe fica bem ao Senhor Deputado vir dizer que eu sou contra as empresas, além do mais, eu pertenço a uma família política que reconhece o valor da economia de mercado, arbitrado naturalmente com um poder político forte, para que a economia possa

também desenvolver-se de acordo com as regras e pelo respeito daqueles que trabalham, no respeito também pelos direitos daqueles que investem, no respeito pelo ambiente, mas eu acho que o Senhor Deputado provavelmente não entenderá muito estas questões, peço-lhe desculpa que lhe diga, mas tenho que falar assim. Quero que saiba que o Partido Socialista é politicamente um partido social democrata e isso diz tudo, espero que o Senhor perceba isso, enquanto que o PSD que se chama Partido Social Democrata, é um partido liberal e isso também diz alguma coisa daquilo que nos distingue uns aos outros. Mas há uma coisa aqui que não nos tem em comum, é que os senhores defendem a economia de mercado, um bocado espontaneamente, salve-se quem puder, impera a lei do mais forte, nós não, nós defendemos uma economia de mercado, mas uma economia regulada, com regras para que os mais fortes não esmaguem os mais fracos, é isso que nos distingue, e o Senhor Deputado insiste em não querer compreender estas coisas básicas do B-A-BA que deveria conhecer, como eu acho que cada cidadão que está envolvido na atividade política conhece. Portanto, eu espero que com esta explicação que não quero alongar, terminar este capítulo de que eu sou contra as empresas, que sou contra a atividade empresarial. Senhor Deputado, não lhe fica bem dizer isso porque é uma rotunda mentira.----------

Agora queria dar uma informação mais precisa ao Senhor Deputado Carlos Martins que voltou a falar do amianto, que são 4 escolas, com todos os números exatos que me foram buscar, a Escola Secundária Laura Aires são 3400 m^2, Escola Padre João Coelho Cabanita, 2619 m^2, na Escola Professor Aníbal Cavaco Silva, 450 m^2, e na Escola António Sousa Agostinho, 430 m^2, o que perfaz quase 6900 m^2 de remoção de amianto. A empresa está na Escola Padre João Coelho Cabanita e esse trabalho ficará pronto ainda na primeira semana de janeiro. Mas está a fazer nas áreas que não colidem com o nosso projeto de instalação dos painéis fotovoltaicos, isto é importante sublinhar.----------

---

Pediu para intervir o Senhor **Vice-Presidente**, **Pedro Pimpão** referindo que as questões do Deputado Carlos Martins serão respondidas em requerimento, nomeadamente a questão da iluminação pública da Marina. Mas dizer em relação ao Deputado João Conceição que tem razão, ou seja, que de facto no passado quem apoiava as empresas a fundo perdido e continua a fazê-lo é o Governo da República Portuguesa, através de mecanismos legislativos e através das alterações que tem que introduzir. Neste sentido, a Câmara Municipal de Loulé não tem estado parada, houve uma troca de correspondência, nomeadamente, com o Ministério da Economia, no sentido de ser integrado, que era uma reivindicação também de várias Câmaras Municipais e de vários grupos parlamentares, de ser integrado os empresários em nome individual sem contabilidade organizada. E, portanto, o Programa Apoiar que foi reforçado e que

foi também apresentado há cerca de 2 semanas, responde a uma das principais reivindicações, das Câmaras com empresas mais pequenas como é o caso no concelho de Loulé na sua estrutura empresarial. Além disso, encontra-se neste momento, porque a Câmara Municipal não quer ser, por assim dizer, uma concorrente ou duplicar esforços financeiros nestes programas, tem neste momento uma proposta em cima da mesa por parte do Ministério da Economia no sentido de haver uma majoração daquilo que são os apoios do Programa Apoiar e, nesse sentido, aguardamos se faz sentido ou não no âmbito nacional das autarquias do qual a Lei recentemente publicada já prevê essa possibilidade de apoio que antes não era prevista. E, por isso, neste momento estamos nesta situação, mas referir que aquilo que é a reivindicação de muitos empresários algarvios e do concelho de Loulé pela sua estrutura empresarial fica salvaguardada naquilo que são as candidaturas do Programa Apoiar e o seu reforço em cerca de 750.000.000,00€, tal como foi anunciado e tal como está neste momento em curso e para divulgação, em que a Câmara Municipal de Loulé o fez na semana passada em comunicado. ----------

---

Passou-se ao ponto seguinte;----------

5- Moções;----------

- Moção de Louvor pelo trabalho das IPSS em tempo de pandemia, enquadrada ao abrigo do artigo 68.º do Regimento, moção de atualidade, proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS.----------

---

Para a apresentação desta moção, foi dada a palavra à Senhora **Deputada Dora Olival (PS)**, passando a ler: "O voto de louvor pelo trabalho das IPSS em tempo de pandemia. A pandemia originada pelo COVID-19 tem posto à prova a capacidade das sociedades se reinventarem e de se terem que unir num combate que é de todos, mas que tem afetado em particular os mais vulneráveis, as pessoas de menor rendimento e de menor escolaridade. A pandemia parecia mostrar que perante este vírus seríamos todos iguais, que todos poderíamos ser infetados, que nenhuma região ou país por mais poderosos que sejam se mostrassem capazes de impedir a circulação do vírus. No entanto, todos os estudos publicados demonstraram que o efeito da pandemia atinge, sobretudo os mais desfavorecidos em todas as sociedades, acentuando as desigualdades preexistentes. Neste contexto, as IPSS, incontornáveis pilares do Estado Social nascido com a democracia, tem sido determinante complementando a Segurança Social e os Municípios na implementação da política social, enquanto entidade de natureza humanista e solidária, com profundo conhecimento das comunidades em

que se inserem, desenvolvem a sua ação junto dos que mais precisam, procurando dar resposta aos problemas sociais emergentes. Este setor enfrenta no contexto da pandemia, com consequente agravamento da situação económica e social de muitos dos nossos concidadãos, desafios acrescidos que têm sabido responder e que são muito além do tradicional e meritório papel de minimização dos impactos das crises nos mais desfavorecidos. Posto isto, a bancada parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Loulé, vem propor ao plenário da referida Assembleia de Loulé que aprove o presente voto de louvor, reconhecendo o trabalho feito pelas direções das IPSS do concelho de Loulé, bem como os seus funcionários e voluntários que durante esta pandemia estiveram e estão na linha da frente na salvaguarda dos direitos de todos os cidadãos, em especial, dos mais desfavoráveis e desfavorecidos. Pelo excelente trabalho e dedicação que estas instituições que, no fundo, são feitas por pessoas, órgãos sociais, trabalhadores e voluntários para cuidar de pessoas, reconhecendo também o papel da Câmara Municipal de Loulé, neste caso, e de todos os privados no apoio a estas entidades, através de subsídios ou de apoios logísticos, apoios esses essenciais para levar a cabo estas tarefas de ajudar o próximo. Mais se propõe que esta moção seja enviada para as IPSS do concelho de Loulé, para a Direção Regional de Segurança Social e ainda para os meios de comunicação social regional. O grupo municipal do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Loulé, 29 de dezembro de 2020.---

---

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, referindo que a proposta tem mérito, que as IPSS têm sido incansáveis no contexto da pandemia no trabalho e o desempenho quer pelos profissionais, quer pelos voluntários, quer até pela Câmara Municipal que tem dado bastante contributo nesta matéria, daí o grupo municipal do Partido Social Democrata não ver nenhum inconveniente na aprovação desta moção. Contudo, como é apanágio, embora deixemos sempre menção de quem a propôs, esta Moção ao ser assinada por todas as bancadas, devia ir endereçada em nome de todos os grupos municipais e da Câmara Municipal.----------

---

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, que referiu que a presente Moção que está na ordem do dia, tem a ver aqui com a nossa singela homenagem da Assembleia Municipal e neste caso concreto às Instituições Particulares de Solidariedade Social. Já o fizemos a um conjunto de entidades que estão na linha da frente, Corpo de Bombeiros, Proteção Civil da Câmara Municipal, Forças de Segurança, classe médica, corpo médico e técnicos de saúde, e agora seria injusto não referirmos das Instituições Particulares de Solidariedade Social que de uma forma heroica, com grande valentia e abnegação têm dado combate à pandemia e feito proteção do trabalho. O último parágrafo

da moção, "Posto isto, a bancada parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Loulé, vem propor ao plenário da Assembleia de Loulé que aprove o presente voto de louvor", atendendo ao apelo dos Senhores Deputados iríamos neste parágrafo, o texto ficaria "A Assembleia Municipal de Loulé aprova em plenário o presente voto de louvor", e depois faz referência ao trabalho feito pelas direções das IPSS do concelho de Loulé, bem como os seus funcionários e voluntários."----------

---

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que nós reconhecemos o papel importante desenvolvido pelas IPSS ao nível do concelho de Loulé em complemento à Segurança Social e ao Município em tempos de pandemia. É de louvar o trabalho dos seus funcionários, voluntários e dirigentes e o Bloco de Esquerda reconhece que realmente, tendo em consideração outros louvores que demos para outras pessoas, a outros profissionais de saúde, da proteção civil e dos bombeiros, será realmente de considerar e reconhecer votando este louvor. Aproveitamos para sublinhar as carências existentes no concelho ao nível das instalações para os idosos e que merecem uma maior atenção do Município em futuros orçamentos.----------

---

Passou-se à votação;----------

- Moção de Louvor às IPSS pelo trabalho em tempo de pandemia, enquadrada ao abrigo do artigo 68.º do Regimento, moção de atualidade, proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS: foi **aprovada por unanimidade**.----------

---

Passou-se ao ponto seguinte;----------

6- Período da Ordem do Dia:----------

Por sugestão do Senhor **Presidente da Câmara** e com aprovação da maioria, fez-se uma alteração da Ordem de Trabalhos. A alínea a) passou à alínea h) e a alínea e) passou à alínea i). As alíneas b), c), d) recuam todas uma letra e a f), g) e h) recuam 2 letras, ou seja, recuam nas letras que as precedem no abecedário.------

---

a)- Proposta 55/2020- Deliberação relativa ao **Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2021**, de acordo com o disposto no artigo 25.º, n.º1 alínea a) e artigo 33.º, n.º 1 alínea c) da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro; **[Proposta da Câmara Municipal n.º 1666-2020]**;----------

---

b)- Proposta 56/2020- Deliberação relativa à **Proposta de Fiscalidade Municipal para 2021, Fixação da Taxa de IMI, incluindo a redução da Taxa de IMI para as freguesias do interior e para famílias com dependentes;** - A fixação da Percentagem referente à participação variável do IRS; - a aplicação da Derrama sobre o lucro tributável e não isento de IRC, nos termos do artigo 112.º do CIMI, alínea c) do n.º 1; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 1652**-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

---

c)- Proposta 57/2020- Deliberação relativa à **Assunção de Compromissos Plurianuais - Ano 2021**, nos termos do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro na redação atual [**Proposta da Câmara Municipal n.º 1678**-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

---

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, que disse estar impedido de participar na discussão e votação das alíneas a) e c).----------

---

Para a apresentação destes pontos, foi dada a palavra ao Senhor **Vice-Presidente**, dizendo que lhe cabe apresentar o orçamento municipal para 2021, o quarto e último deste mandato, muito virado para a questão do desequilíbrio e também da questão da imprevisibilidade da pandemia da COVID-19. Referir que a agenda para esta apresentação engloba uma pequena introdução, um pequeno enquadramento conjuntural, embora algo imprevisível, ele muda basicamente de mês a mês, este enquadramento conjuntural para 2021, o domínio estratégico e delegação de competências, nomeadamente, do Estado Central para as Autarquias, e das Câmaras para as Juntas de Freguesia, a política fiscal municipal, o enquadramento legal e orçamental, o resumo do orçamento da receita e da despesa e as grandes opções do plano para 2021.----------

Referir que em relação ao enquadramento conjuntural há uma estimativa neste cenário macroeconómico, que quando ele foi realizado em final de novembro, entretanto já está alterado, portanto, as pontes que estão aqui, a visão de crescimento para 2021, ou seja, há uma retoma para a atividade económica para 2021, essa é praticamente uma certeza, embora tudo depende da vacinação e tudo depende da forma como iremos controlar esta pandemia e a forma como iremos sair dela. Não irei, porque já é conhecimento praticamente de todos, estas evoluções dos cenários macroeconómicos vão sendo alterados, tal como a questão do emprego que está a níveis baixos na sua criação e esperemos que com esta esperança que se abre agora no próximo mês com o início de vacinação podermos entrar num patamar mais positivo. Referir que enquanto domínios estratégicos para este orçamento continua o que já foi apresentado pelo Senhor

Presidente da Câmara em vários momentos, nomeadamente, no Estado do Município, tornar e irão ver na dimensão do orçamento e na dimensão do investimento é com a lógica de termos um território, termos um concelho mais inclusivo, mais coeso, mais competitivo e mais sustentável. Entenda-se sustentável não só em termos ambientais, mas também em termos económicos e financeiros da própria Autarquia e também do ambiente que é gerado.----------

Em relação à descentralização de competências, existe pelo menos uma de grande importância que é a descentralização de competências para o Município de Loulé na área da saúde, inicia-se a 1 de janeiro de 2021 e, como poderão ver mais à frente, há uma rúbrica no caso desse recebimento dessa mesma descentralização, irei falar mais à frente em relação a esta parte.----------

Entrarei naquilo que é para a Câmara Municipal de Loulé e pensamos nós para todo o Município é o cumprimento e a certeza de que deve-se acreditar na política e deve-se acreditar naquilo que foi um objetivo e foi, por assim dizer, uma promessa feita aos eleitores louletanos. E neste caso estamos a falar da Política Fiscal Municipal. A Política Fiscal Municipal, tal como foi promessa e tal como foi um objetivo do Partido Socialista e está a ser cumprido na sua íntegra, foi manter a fiscalidade nos seus mínimos como forma atrativa do investimento e como forma competitiva do território. E, neste caso, o IMI mantém-se e a proposta da alínea b), a Proposta para a Fiscalidade Municipal, mantém o IMI na sua taxa mínima, nos 0,3%, com uma minoração de 30% para os territórios do interior. Também não se aplica derrama em relação às empresas e esta também é importante à dimensão mais das médias e grandes empresas existentes no território, também não se aplica a derrama do qual ainda se mantém em vigor em alguns concelhos limítrofes do concelho de Loulé. Em relação ao imposto sobre o rendimento de pessoas singulares, nomeadamente, o IRS a partir de 2018 também foi decisão, e aliás também foi um objetivo em 2017, de não receber a participação variável dos 5% relacionado com o IRS. Para que todos saibam, a Política Fiscal neste Orçamento e nesta Proposta de Orçamento aquela que nos faz depois seguir para a questão da despesa e a questão da receita e, neste caso, dizer aos Senhores Deputados que a proposta da Câmara Municipal de Loulé pelo seu quarto ano consecutivo, mas que tem vindo desde 2013 a minorar o peso destes impostos sobre os cidadãos e sobre as empresas, cumprir para 2021 e para último ano deste mandato, este desidrato da competitividade fiscal mesmo que em situação de pandemia e, aliás, ainda mais significativo neste momento. Esta é uma previsão, que eu vou saltar à frente, embora depois poderemos justificar esta previsão em termos daquilo que é o impacto de não cobrança destes impostos caso estivessem no seu máximo e esta é uma previsão daquilo que temos, também, em orçamento.----------

Aqui está a evolução da Fiscalidade Municipal aquilo que temos referido que desde 2018 a taxa de participação no IRS deixou de ser cobrada e continua em 2021. O primeiro grande eixo deste Orçamento é a Fiscalidade Municipal e como podem reparar desde 2017 a taxa de IMI está nos seus mínimos, a minoração da taxa de IMI para o interior desde o início de 2013, desde o início dos mandatos do PS, o IMI familiar desde que houve a alteração legislativa, e a taxa de participação de IRS e a derrama que há relativamente 4, 5 anos estão nos seus mínimos, ou seja, nos seus zeros em termos de cobrança. Portanto, esta é a proposta para 2021, cumpre-se uma promessa, os objetivos deste projeto político.----------

Em relação ao Enquadramento Legal e Orçamental, há uma alteração significativa e os Senhores Deputados depois podem ter algumas questões, nomeadamente, até na Execução Orçamental, está na Informação Financeira aos Senhores Deputados, que passou para a alínea mais à frente, que tem a ver com a alteração do sistema de normalização contabilístico dentro das Autarquias que passou do sistema do POCAL para o sistema SNC-AP aplicado às administrações públicas e que por isso poderá haver algumas oscilações, diferenças naquilo que é a receita e aquilo que é a despesa em algumas rúbricas. Foi colocado aqui o limite da dívida por um simples significado, que vão ver mais à frente, o endividamento por parte da Câmara Municipal de Loulé encontra-se a níveis muito baixos, dos mais baixos que se encontram neste momento no país, e sendo que para que o Orçamento fosse construído tivemos que prever uma contração de vários empréstimos relacionados com investimentos principalmente na área da habitação. Aparece mais à frente e irei justificar também esse mesmo equilíbrio orçamental. Depois, houve a alteração do prazo para aprovação do Orçamento pelo órgão executivo para 30 de novembro, é por isso que nos anos anteriores chegava mais ou menos entre finais de novembro, inícios de dezembro tínhamos aqui o Orçamento em Assembleia Municipal, agora estamos praticamente a discutir no último dia do ano, e o equilíbrio orçamental com base no combate à pandemia COVID-19, medidas fiscais de apoio à economia e plano contínuo de investimento público e reforçado ainda mais. Em relação ao investimento público foi publicado pelo Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses que de 2018 para 2019, o Município de Loulé teve um crescimento de 46,5% no investimento público, o que se prevê ultrapassar esta percentagem de 2020 para 2021 como forma de assegurar as condições essenciais, nomeadamente, como irão ver mais à frente no primeiro eixo das Grandes Opções do Plano ligado à Educação, à Saúde e às questões Sociais como segundo eixo principalmente a seguir à Fiscalidade Municipal.----------

O Orçamento inicial da Câmara Municipal de Loulé não difere muito daquilo que era a previsão do ano passado, estamos a contabilizar cerca de 108.000.000,00€,

no ano passado era praticamente igual, e as despesas correntes ascendem a cerca de 77% das despesas globais. Importa referir aqui por uma questão de honestidade política e honestidade intelectual, também, que as despesas correntes têm esse aumento de percentagem simplesmente porque se considerou que nos últimos 2, 3 anos aquilo que era a proposta de orçamento inicial não era aquilo que era a execução orçamental e por isso quisemos ajustar, por assim dizer, aquilo que são os orçamentos iniciais em relação à execução orçamental, é por isso que pusemos as despesas globais relacionadas com as despesas correntes, numa percentagem que é o mais próximo possível da realidade da execução orçamental e que irão depois ver na Prestação de Contas em abril do próximo ano.----------

Em relação à regra do equilíbrio orçamental ela continua com uma margem substancial de cerca de 15.000.000,00€ e, portanto, é aquilo que nós estamos conscientes de contração de empréstimos bancários e mesmo com previsões de receita moderadas e, por isso, é importante referir que é um orçamento muito moderado naquilo que são as receitas e também naquilo que são as despesas e, por isso, a regra do equilíbrio orçamental mesmo assim é garantida com uma margem substancial para efeitos daquilo que deve ser a notoriedade do nosso Município em termos de cumprimento das nossas responsabilidades.----------

Em relação à projeção plurianual da receita, é importante referir a sua especificidade e vou aqui passar as receitas do Orçamento mais importantes. De referir que a previsão, nomeadamente, do IMI mantém-se constante, aliás, ele é sempre constante ao longo dos anos. O IMT continuamos a ser muito moderados naquilo que é a previsão de IMT, mesmo por aquilo que se passou no passado, embora como foi dito também pela minha colega de Vereação, Heloísa Madeira, foi que, de facto, o ano de 2020 tem sido um ano muito bom do ponto de vista de IMT, o que significa que a confiança das pessoas e a confiança das famílias e a confiança, também, de quem investe no território de Loulé continua não só a evoluir positivamente, como continua a crescer e isso são os números que podem ver na Execução Orçamental de novembro de 2020. Mesmo assim quisemos ser moderados nesta previsão para 2021 para caso alguma situação corra mal, como aconteceu, nomeadamente, na evolução de 2009, 2010 e 2011 e, por isso, mesmo assim conseguimos a margem substancial da regra orçamental equilibrada. Em relação às restantes receitas que são mais relevantes neste Orçamento, eu chamo a atenção para uma receita nova do Município de Loulé que é o IVA, pela primeira vez os municípios portugueses recebem uma parte do IVA que tem a ver com uma percentagem de 7,5% sobre as receitas derivadas do chamado IVA turístico, que teve a ver essencialmente com o alojamento e com a restauração e no caso do concelho de Loulé há uma previsão de cerca de 1.000.000,00€ de recebimento desta receita do IVA. É também, e advém de uma alteração das

finanças locais, uma compensação daquilo que é a descentralização de competências do Estado central para a administração pública local que, como foi referido, é uma compensação, pois os municípios portugueses consideram que é insuficiente as receitas, as transferências que recebem por parte do Estado Central em relação à transferência de competências e esta foi uma forma de compensar essas mesmas transferências. Em relação às restantes rúbricas mantém-se mais ou menos constantes.----------

Em relação à despesa, é importante referir a despesa de pessoal, a despesa de pessoal como já foi dito vários anos consecutivos, este Executivo camarário tem subjacente uma política de administração direta dos serviços essenciais, é por isso que as despesas de pessoal vão aumentando não só para aumentar a capacidade técnica do próprio Município nas várias competências que vai recebendo na Administração Central, mas também as várias competências que queremos implementar dentro daquilo que está previsto na legislação, mas também tem a ver essencialmente numa política de administração direta em várias áreas, que poderemos depois aprofundar mais à frente. Em relação às despesas relacionadas com os serviços, mais à frente iremos, mais uma vez, discriminar este aumento das despesas relacionadas com os serviços porque é importante referir que dentro, por exemplo, destas despesas dos serviços, por exemplo, os transportes escolares que tem um aumento substancial provocado pela pandemia e, por isso, aparece este aumento substancial nos serviços, mas ele está mais à frente especificado. Em relação às transferências prevemos uma diminuição. Em relação ao investimento, apesar do investimento estar com uma diminuição tem a ver aqui com a questão do orçamento inicial como eu referi atrás de ser mais real possível em relação às despesas correntes, mas depois ele aumenta com aquilo que é a integração do saldo e a contração de empréstimos, nomeadamente em investimentos pontuais e essenciais. Serviços da dívida continuam a descer e os ativos financeiros, bem como outros, também estão a descer.----------

Em relação à aquisição de serviço, pegou-se em 8 essenciais, na limpeza urbana e na recolha de resíduos, que tem sido cada vez mais um crescendo daquilo que é a exigência do próprio cidadão na limpeza da sua rua, na recolha do lixo a tempo e horas e com um serviço de qualidade do ponto de vista daquilo que deve ser prestado pelo Município. Este é também um crescendo e esta despesa irá ainda aumentar mais, mas no âmbito da transferência de competências para as freguesias, nomeadamente, com a Junta de Freguesia de Quarteira em que este valor irá aumentar, mas será numa transferência para a Junta de Freguesia de Quarteira para melhorar o serviço que se considera e que temos vindo a fazê-lo ao longo dos anos. Referir aqui também que entra uma parte do Programa Digital do Interior com uma prestação de serviços substancial, a Prevenção de Fogos e

não estava aqui, mas entra aqui a questão relacionada com os transportes escolares. Em relação aos encargos importa também referir nesta situação uma parte que tem a ver com a Deposição de Resíduos Sólidos, que a taxa de resíduos em que o Município paga à ALGAR irá duplicar derivado a uma alteração legislativa feita no sentido de desincentivo ao lixo indiferenciado e um incentivo ao lixo diferenciado, dito papel, plástico e vidro e é por isso que há um aumento substancial na deposição de resíduos sólidos. Todas estas rúbricas de Aquisição de Serviços e Encargos entram na lógica da Aquisição de Serviços. Como foi dito atrás, as despesas com o pessoal, a implementação de uma política de combate à precariedade laboral, nomeadamente, em relação aos recibos verdes e integração de pessoal nos quadros da Autarquia e a criação de postos de trabalho permanentes e renovação de pessoal técnico para áreas estratégicas, nomeadamente, relacionado, por exemplo, com a eficiência hídrica.----------

Em relação às Transferências para as Freguesias, este é um mapa de transferências que advém do ano passado, aqui há uma alteração que tem a ver com a limpeza de bermas e valetas que também é outra das áreas que levou a um aumento de 100% acerca de 2 anos e agora leva um novo aumento de 50% em relação à limpeza de bermas e valetas, também com uma lógica de limpeza, mas também uma lógica de prevenção dos fogos que queremos que continue a não entrar no concelho de Loulé e é por isso que este investimento continua a ser substancial e relevante.----------

Relativamente às Grandes Opções do Plano importa referir 3 pontos essenciais além da Fiscalidade Municipal. A primeira tem a ver com o setor da Educação e como podem reparar o setor da Educação para além dos transportes escolares continua a haver um investimento muito forte nas refeições escolares, continua a haver um investimento também muito forte nos protocolos de transferência de várias verbas e de vários apoios em relação aos agrupamentos escolares, e para além da requalificação da Escola D. Dinis, que o Senhor Presidente já falou e penso que falou também em outra ocasião do Plano de Eco Valorização de Estabelecimentos de Ensino no sentido de trazer uma fatura energética próxima do zero do ponto de vista daquilo que é o Plano de Descarbonização Nacional e que o Município de Loulé também tem uma aposta forte e neste caso nas escolas. E a construção de 3 estabelecimentos de ensino, uma creche em Quarteira e 2 escolas, uma Escola Básica de 1.º Ciclo em Loulé e outra Escola de 1.º Ciclo em Quarteira, daquilo que tem sido um crescimento muito substancial do número de alunos inscritos no concelho de Loulé nos últimos 2, 3 anos. Outra área também essencial e que levou este Município a ter um Plano de Investimento bastante elevado foi o projeto e a estratégia para a habitação, neste caso, através do Protocolo com o IRHU e também da estratégia que já veio a esta Assembleia Municipal, estão previstos no orçamento desta Câmara Municipal a construção de

novos fogos, bem como uma parte substancial de aquisição de novos fogos de habitação como uma forma mais rápida e célere na falta de habitação é através também da compra de vários apartamentos que temos feito nas últimas semanas deste ano, do qual o Senhor Presidente da Câmara assinou mais 2 ou 3 na segunda-feira em relação à aquisição de apartamentos que temos vindo a fazê-lo para completar esta estratégia da habitação e aos agregados familiares que foram identificados. Outra parte relacionada com a Saúde e Intervenção Social com a construção do novo Centro de Saúde de Loulé, bem como a construção das instalações do INEM no Algarve, em curso. Em relação a esta parte também a ampliação da extensão de saúde em Almancil e a ampliação da extensão de saúde de Quarteira. Este é o eixo fundamental do nosso Plano Plurianual de Investimentos, que é fortíssimo para 2021, e tem a ver com uma planificação e projetos saídos e de concursos que estão para abrir, toda esta situação levou a que houvesse uma previsão de contração de empréstimos bancários no montante de cerca de 12.000.000,00€. Estes empréstimos bancários, que irão a esta Assembleia Municipal no próximo ano, consubstanciam-se não só na habitação, como também no saneamento básico como forma de financiar aquilo que consideramos estruturas essenciais a médio e longo prazo. Referir que em relação a esse endividamento, que é uma informação que deve estar presente nesta Assembleia, em nada praticamente altera a trajetória de estabilidade de endividamento do Município, isto porque ele terá impacto nos anos de 2023 e 2024, anos em que terminarão os empréstimos bancários do Parque das Cidades, quer seja um alívio do ponto de vista de endividamento do Município de Loulé, é também para o Município de Faro, mas neste caso conseguimos prever estes empréstimos em áreas fulcrais e deixamos de ter outros tantos que também foi para uma área fundamental que foi para o Estádio do Algarve. Existem também aqui vários investimentos na questão da mobilidade e da qualidade de vida, que se encontra na última linha. Todos os investimentos estão presentes, penso eu, no Anexo 6 do documento de 376 páginas, mas é o Mercado Municipal de Quarteira que tem uma previsão de investimento de cerca de 17.000.000,00€ como forma de grande incentivo a toda a área envolvente e a toda a cidade de Quarteira como forma de desenvolvimento económico. É um investimento público, substancial, mas que pensamos que irá trazer muito mais do que o valor que se investe. Depois em relação à outra parte de águas e esgotos, já foi referido pelo Senhor Presidente da Câmara, a 125 continua prevista no Plano Plurianual de Investimentos, mas existem outras por todo o concelho de forma a termos uma percentagem cada vez mais elevada de acesso a abastecimento de água, mas também de tratamento de esgotos. E depois existe aquilo que foi o início, em cerca do ano de 2014-2015, uma alteração da promoção da área empresarial de Loulé e consideramos que existem pelo menos mais 2 que devem merecer especial

atenção. Uma é o centro de empresas de Vilamoura com um investimento também substancial daquilo que deve ser uma nova imagem deste Parque Empresarial e outra que é a requalificação na zona do Ameixial para espaços de incubação de empresas como forma, também, do desenvolvimento do interior e neste caso da Serra em particular. E além disso aquilo que também foi um objetivo com todos os empresários na Comissão Executiva de Empresários da Área Empresarial de Loulé que é a construção do Parque de Estacionamento na loteamento industrial de Loulé, que é parque de estacionamento essencialmente para camiões.----------

Em relação à Eficiência Energética e Ação Climática aquilo que se considera é também o objetivo que estava presente no projeto do Partido Socialista liderado pelo Presidente Vítor Aleixo, que tem a ver com a aquisição de viaturas elétricas, nomeadamente, o que está consubstanciado na promessa que foi feita como forma de incentivo também ao investimento privado, que é a renovação da frota automóvel municipal aquando da sua renovação em 25% e, por isso, essa parte é mais um objetivo que se encontra presente aqui neste orçamento e nestes investimentos públicos, bem como a aquisição de vários postos de carregamento de veículos elétricos que, aliás, já veio a esta Assembleia a alteração dos estatutos da Loulé Global para a sua gestão e exploração e que esse investimento continua a ser substancial. Para além desse investimento, considera-se para efeitos de eficiência hídrica e como forma de baixarmos cada vez mais aquilo que é o desperdício de água, contabilizado como água não faturada ou não contabilizada, é a aquisição de contadores inteligentes também no concelho e além de outras melhorias de eficiência energética em vários edifícios municipais, do qual o próprio Programa de Resiliência Económica do Governo aponta para que haja apoios nesse sentido. É neste patamar, também, que no orçamento se encontra previsto e que foi um Conselho Técnico da Associação dos Municípios Portugueses, uma previsão de recebimento de fundos comunitários em relação a vários investimentos que os municípios têm nas áreas da eficiência energética, na eficiência hídrica e da parte ambiental em geral. Termino com o último eixo que consideramos além do Plano de Investimentos Públicos Estruturantes. É a questão do Geoparque e do Programa Digital e que foi muito badalado durante a campanha eleitoral de 2017 e que foi um compromisso assumido também pelo Presidente Vítor Aleixo e o seu Executivo, foi como forma de desenvolvimento do interior em termos económicos o Programa Digital do Interior e o Geoparque como forma de incentivo para o desenvolvimento do interior. Termino dizendo que por detrás de mim está o engenheiro Duarte Pacheco que foi do investimento público e esperemos que com este Orçamento possamos também dirigir esse mesmo investimento público por parte desta Câmara Municipal.----------

---

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, agradecendo as palavras do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Loulé e também agradecer-lhe o excelente documento que aqui nos contemplou que nos elucida um pouco sobre o Orçamento e sobre as Grandes Opções do Plano de 2021, contudo, há aqui umas notas que gostávamos de deixar aqui presentes. Primeiro que tudo, quanto à Política Fiscal do ano de 2021 agraciar e enaltecer este Executivo pela prática que tem sido habitual nos últimos orçamentos, creio que nos últimos 3, naqueles 3 itens que são a capacidade fiscal que este Município tem, nomeadamente, a taxa de IMI, a comparticipação de IRS e a derrama de estarem nos mínimos, quero eu dizer, que a taxa do IMI está no mínimo de 0,3%, a taxa de comparticipação ficou isenta e a derrama está nos seus mínimos, está isento também, a zero, quero congratular a Câmara Municipal de Loulé pelo facto de quanto à Política Fiscal Municipal ser uma das primeiras que tem ao seu alcance e de captar investimento e trazer algum desenvolvimento para o concelho, que é aquilo que nós ambicionamos, aquilo que nós queremos e nesse sentido o nosso agradecimento da nossa bancada ao Senhor Presidente da Câmara e ao seu Executivo. Todavia, não é só a Política Fiscal que compõe este orçamento, há outras rúbricas que gostaríamos de tecer algumas notas. Este é o maior orçamento que este Executivo tem desde que tomou posse há 7 anos, depois de integrar o saldo de gerência, temos um orçamento com 190.000.000,00€ que é algo que nos deixa um pouco pasmados. E pasmados ou surpresos só poderia ser provavelmente porque o ano de 2021 será um ano de eleições autárquicas, daí provavelmente não haver assim uma grande surpresa de que o ano de eleições autárquicas seja sempre um ano de grandes obras, de grandes metas. Todavia, como tem sido habitual a este Executivo, a taxa de execução não passa dos 40-50% quer de receita, quer de despesa. Quando analisamos o orçamento final previsto para 2021 e vemos que nas despesas de capital está orçamentado 101.000.000,00€ ficamos estupefactos quando olhamos em retrocesso para os últimos 2 anos, quer 2020, quer 2019, e olhamos que a despesa total não passa dos 30.000.000,00€, 33.000.000,00€, 34.000.000,00€. Achamos curioso que sendo que em 2019 tínhamos uma despesa de capital na ordem dos 33.000.000,00€ e em 2020 na ordem dos 34.000.000,00€ ou 36.000.000,00€ e agora temos 101.000.000,00€ em 2021, que é algo que faz bradar aos céus. Cremos que no mínimo será um orçamento a nível de despesas de capital utópico se não, talvez, um pouco eleitoralista. Basta dizer que a média da despesa de capital que o anterior Executivo do PSD liderado pelo Doutor Seruca Emídio tinha em média uma despesa de capital na ordem dos 45.000.000,00€, 47.000.000,00€, a despesa deste Executivo nos últimos 7 anos, não obstante a enorme receita que têm tido, não passa dos 34.000.000,00€ que é muito pouco para aquilo que nós pretendemos e muito pouco para aquilo que nós apreciamos.

Deixar outra nota que nos deixa um pouco curiosos, foi muito criticado o anterior Executivo por ter contraído um empréstimo, na altura creio que foi o PAEL, na ordem de alguns milhares de euros, não porque a ferramenta de empréstimo não seja uma ferramenta que está disponível para qualquer empresa, por qualquer instituto público-privado e que é uma ferramenta que permite dilatar o valor da despesa para vários anos, todavia o que achamos um pouco contraditório, um pouco ambíguo, é que sendo que este Executivo criticou a liderança do Partido Social Democrata ou o Executivo liderado pelo Doutor Seruca Emídio para contrair um empréstimo porque é que neste momento vai contrair 30.000.000,00€ quando na realidade existe uma abundância clara de recursos financeiros que esta Câmara tem ao seu dispor. Outra questão que nos deixa aqui um pouco perplexos, aquilo que temos visto habitualmente, a despesa com pessoal está a aumentar drasticamente, se olharmos para a folha 24 da análise do orçamento da despesa, verificamos que a despesa com o pessoal, embora seja tal como disse o Senhor Vice-Presidente uma perspetiva própria do Partido Socialista, deste Executivo, que é seu intuito dotar a Câmara com o maior número de pessoas possível, obviamente que deixaremos ao critério do Executivo a sensibilidade e a clarividência de qual é a finalidade do aumento do número de pessoas, mas evidentemente também um aumento do custo que isso traduz em termos orçamentais, mas o que temos a traduzir em termos numéricos é que a despesa com pessoal passa de 32.000.000,00€ de 2019 para 38.000.000,00€ para 2021 e isso significa nada menos de que 17% de aumento de custo de pessoal, 17,34% que é catastrófico. Achamos que é uma gestão que já nos habitou este Executivo, é uma gestão muito socialista, muito comunista, na qual a iniciativa privada é claramente cilindrada, é substituída pela contratação pública, aliás essa era uma das questões que gostaríamos de levantar na análise financeira do Município relativamente a 2021 é que nas cantinas foram sendo substituídos os serviços de catering que eram fornecidos por empresas privadas no nosso município por contratação pública e fazendo investimentos em cozinhas, fazendo investimentos de pessoal que tem um prazo de vida muito curto, que requer mais investimento e que ao fim e ao cabo o que se traduziu em vez de disseminar o investimento pelas empresas privadas e injetar liquidez no mercado, o que se fez foi retirar liquidez no mercado, contratando pessoas e incrementando custos nesta instituição que é a Câmara Municipal de Loulé. É claramente, como disse ainda há pouco, uma clara gestão socialista muito própria que nós não entendemos, não nos revemos nesta prática e daí as nossas divergências quanto à gestão desta Autarquia. E, claramente, só para deixar uma última nota, o pessoal da Câmara vai passar o número de 1703 para 1906 em 2021 e, claramente, é um aumento substancial no valor dos custos que representa, salvo erro,

6.000.000,00€ entre 2 anos.----------

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, dizendo que este Orçamento que é apresentado pelo nosso Município para 2021 é na minha opinião globalmente um bom orçamento, atendendo, sobretudo, à situação económica e social que atravessamos. Considero que é um orçamento elaborado com bastante cautela e expectativas baixas, aliás o Senhor Vice-Presidente referiu de certa forma isso, o que se compreende face ao momento que atravessamos. Aliás, tais cautelas estão claramente expressas na projeção plurianual da receita e a nível dos impostos diretos. Sobretudo a nível do IMT que já foi aqui abordado hoje, cuja verba orçamentada é de cerca de 37.000.000,00€ quando em 2020 pelos números já conhecidos atingirá provavelmente os 40.000.000,00€. Aliás, basta referir que em outubro e em novembro a receita do IMT foi de 10,5 milhões de euros em 2 meses. Aliás, a expectativa próxima futura é de se atingir números apreciáveis face aos que estão em curso. Não queria deixar de realçar ao facto de também se manter a Política de Fiscalidade Municipal que aqui também já foi abordado, que foi adaptada nos últimos 3 anos que o Senhor Vice-Presidente muito focou, isto é extremamente importante até no contexto atual, as famílias e as empresas agradecem e reconhecem sendo tais medidas também geradoras, que aliás já foi muitas vezes debatida, de atratividade de pessoas e empresas à fixação do nosso território. Efetivamente já foi aqui abordado uma questão que temos que ter alguma atenção que é o comportamento do custo com as despesas com o pessoal. Na realidade, as despesas de pessoal apresentam face ao orçamento de 2020 um aumento de cerca de 11,4% que é apreciável. De qualquer maneira, não há dúvida que esta cautela da versão orçamental que aqui referi está exatamente expresso na demonstração de resultados apresentados, pela primeira vez temos aqui um orçamento previsional, que tem o resultado líquido negativo de cerca de 3.400.000,00€, aliás, nos últimos anos não me recordo de uma situação destas, portanto, isto demonstra a cautela que a nível da receita imperou na execução orçamental. Há aqui outro aspeto que gostaria de referir que é a questão dos GOP's, as Grandes Opções do Plano, são opções bastante ambiciosas, elas apontam para os 5 anos, numa perspetiva plurianual, cerca de 453.000.000,00€ dos quais 140.000.000,00€ são para o ano de 2021. Obviamente gostaria de elencar um conjunto de obras que são extremamente relevantes em termos do futuro do nosso concelho, da sustentabilidade até da continuidade de crescimento do nosso concelho e extremamente importantes e eu acho que é de uma grande ambição os números aqui apresentados. De qualquer maneira, espero que a Taxa de Execução destas Grandes Opções aponte para um nível substancialmente bom, eu considero que a partir de 50% seria extraordinário tendo em vista os números envolvidos. Gostaria de referir que

penso que 2021 está francamente baixo, em termos de previsões, as perspetivas que se apresentam agora para 2021 começam a ser totalmente diferentes, obviamente que num ano extremamente atípico como o ano de 2020 o comportamento dos impostos diretos ter sido aquele que foi, deixa-nos com alguma esperança relativamente ao próximo ano. E esperemos que se a pandemia começar a ser controlada pelo processo de vacinação e se não houver aqui muitas mutações para além daquelas que já estão a existir, efetivamente se a economia começar a recuperar e se entrarmos numa nova vida económica na nossa região, obviamente que estes números dispararão face aquilo que será efetivamente o futuro em termos da nossa capacidade de oferta, da nossa capacidade de atração, da nossa capacidade, no fundo, de chamar até nós, não só os turistas, como os próprios investidores. Portanto, estou bastante grato com o orçamento com o qual fui confrontado, esperando que ele tenha uma execução bastante significativa.----------

---

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que naturalmente ficamos agradados com a apresentação efetuada e também com o processo de audição iniciado sobre as propostas a incluir no orçamento para 2021. Estávamos expectantes sobre o seu resultado prático. Na primeira reunião, de 8 de setembro, entregamos as nossas propostas, aguardando que na reunião seguinte marcada para 13 de outubro fossemos informados as que estariam no orçamento. Infelizmente, a reunião não se efetuou e não foi cumprido o acordo acordado com o Senhor Vice-Presidente da Câmara. Temos a noção de que 2021 vai ser um ano difícil com vários e complicados desafios para o Município derivado da grave crise social e económica provocada pela pandemia que teve início em março, mas que não sabemos quando terá fim. Apesar do surgimento de uma vacina e de estar a ser aplicada desde o dia 27 aos profissionais de saúde é uma esperança, mas o caminho ainda vai ser longo até termos controlada a pandemia. O Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2021 por acaso coincidente com o fim do mandato e das eleições autárquicas, apresenta as contas equilibradas, mas está montado sob uma estratégia eleitoral que dá demasiado nas vistas. Não estamos preocupados com isso porque em outras alturas outros fizeram igual, uma vez deu bom resultado, em outras tiveram azar e o esforço não foi devidamente compensado em votos. Prevê o Orçamento final para 2021 que ascende aos 190.000.000,00€, após a incorporação do saldo de gerência de 52.000.000,00€ e mais 35.000.000,00€ referente à contração de empréstimo. Traduzindo, num aumento de 77.000.000,00€ referente ao orçamento inicial. Como vimos, dinheiro não vai faltar, obras previstas também não, vamos ver se os serviços camarários e se o poder político tem capacidades para concretizar aquilo que prometem. Ficaríamos muito satisfeitos se tal viesse a acontecer.

Voltamos ao aumento do endividamento, ao aumento das despesas correntes, 77,2% do orçamento, e também aos encargos com o pessoal, mais 11,4% que 2020, numa altura em que a economia apresenta grandes sinais de debilidade e retração nomeadamente no setor do turismo e restauração e da redução previsível ao nível do IMT. Neste Orçamento estão contempladas diversas medidas que visam minimizar os efeitos da crise sanitária e criar estímulos para a recuperação económica do tecido empresarial do concelho. Por outro lado, a manutenção de medidas fiscais desagravadas e de isenção de algumas taxas municipais e, por outro, manter um elevado nível de investimento público estruturante distribuído pelo território com impactos positivos para as empresas na criação e manutenção de emprego e na promoção da economia local. Para 2021 estão previstas em despesas de capital investimentos na ordem dos 101,5 milhões de euros. Com estas avultadas verbas é preciso um planeamento eficaz para que as obras prioritárias não fiquem esquecidas, mais uma vez, e que a grande percentagem do orçamentado seja iniciado e concluído até ao final do ano. Para cumprimento destes objetivos torna-se necessário criar prioridades e não falhar no prometido. Enumerar uma listagem nova de obras previstas para 2021, sabendo de antemão que a maioria não são financiadas é falsear as justas expectativas das populações. Da análise do Relatório de Gestão referentes aos anos de 2018, 2019 e 2020 até setembro verificamos que em relação aos orçamentos as taxas de execução ficaram muito aquém do que seria desejável e pior ainda na vertente da reabilitação urbana, habitação e na melhoria dos serviços públicos, no combate efetivo aos fenómenos de pobreza e de exclusão, à carência da necessidade de novas creches, centros de dia e lares para idosos, transporte e comunicações no interior e ao aumento assinalável do bem-estar dos cidadãos com políticas de proximidade ambientalmente sustentáveis e no combate às alterações climáticas.----------

Perguntamos, que razões evocam o Executivo para que acreditemos que desta vez o Orçamento é para cumprir nomeadamente nas despesas de capital? Salientamos que não podemos perder mais tempo e oportunidades, é necessário e urgente dar resposta no domínio social para apoio às famílias carenciadas, fomentar a criação de uma rede de equipamentos sociais públicos para infância e idosos e apoio às instituições existentes. Melhorar grandemente a oferta pública de habitação e ao arrendamento acessível, não esquecendo o apoio às micro e pequenas empresas na manutenção do emprego. Neste sentido, apresentamos uma proposta de criação do Fundo Municipal de Emergência, para atender às situações já diagnosticadas, às outras e às novas resultantes da crise social e económica à qual a Câmara não deu a devida resposta.----------

Passados 46 anos da existência do poder local democrático persistem inúmeros aglomerados populacionais onde o progresso ainda não chegou. Não têm redes de

saneamento e águas, algumas localizadas bem perto de Vilamoura, merecendo estas populações serem tratadas de forma igual com todo o respeito e direito à modernidade e não continuarem a ser discriminadas. As alterações climáticas e o ambiente têm que ter uma política clara de atenção e o orçamento deve conter as verbas necessárias para a concretização dos objetivos no domínio da eficiência energética e da energia renovável, na renovação da frota automóvel, viaturas elétricas, construção de novas ciclovias, na criação de uma área ambiental de interesse municipal da Lagoa do Almargem, na reutilização das águas residuais das ETAR's para regas de jardins e golfes e uma maior eficácia no controlo dos consumos e perdas de água de forma a termos uma gestão correta deste bem essencial que é a água. A substituição com urgência das coberturas em amianto existentes nas escolas e de edifícios municipais e incentivar e apoiar as associações no sentido da substituição das coberturas em amianto. Seria importante a elaboração de um manual de boas práticas ambientais e a possibilidade de criar uma Central de Tratamento de Resíduos Orgânicos e uma Central de Biomassa. Melhorar o sistema de recolha de monos e aparas de jardins, especialmente nas zonas urbanas do litoral, colocação de ecopontos nas zonas rurais para evitar o lixo e outros resíduos fora dos contentores e para fomentar a reciclagem. A descentralização e a assunção de novas competências para o Município implicam mais despesas e responsabilidades em áreas onde existe experiência de gestão, saúde e educação, portos e praias sem que estejam perfeitamente definidas as contrapartidas financeiras por parte do Governo. É necessário adaptar a estrutura camarária às novas responsabilidades, apostando na competência e eficiência e na formação contínua dos recursos humanos sem agravar demasiado os custos com o pessoal. A melhoria da eficiência também deve estar também na formação das pessoas já existentes nos diversos setores. O aumento do pessoal só por si não é sinónimo de acréscimo e eficiência. Apostar na readaptação das pessoas e dos processos costuma ser a melhor opção. Concordamos inteiramente com as propostas em termos de Fiscalidade Municipal, pois outra coisa não seria possível de aceitar se não a manutenção das taxas mínimas do IMI, na minoração das famílias com filhos, na aplicação reduzida para o interior, na redução do IRS, na isenção da derrama. Julgamos que em termos de IMI o Executivo deveria ter ido mais além e ter coragem para majorar no IMI os casos das casas degradadas e devolutas, assim como terrenos localizados nas zonas urbanas e que não avançam as obras. E ter também particular atenção às famílias que perderam os rendimentos por via da pandemia fosse aplicada uma redução de 30% na fatura do IMI. Por outro lado, apesar da redução das taxas municipais em vigor na pandemia, as mesmas mereciam ser revistas e atualizadas de acordo com a realidade económica atual e futura, assim como as anexas no consumo de água. O Bloco apresentou um conjunto de sugestões e propostas de

recomendação que passam pela transparência, pelo ambiente, pelo reforço do investimento público, pela causa animal, na construção do canil e muitas outras que falarei numa segunda intervenção, se tivermos tempo.----------

---

Pediu para intervir o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, lembrando a menção do Senhor Vice-Presidente a Duarte Pacheco. Duarte Pacheco foi um ex-ministro do Estado Novo e ex-presidente da Câmara de Lisboa. Lembrando que foi um dos mais eminentes fazedores que o país conheceu, um grande engenheiro, concretizador de obra que ainda hoje podemos contemplar e beneficiar dela. Naturalmente que no âmbito do Orçamento aqui apresentado pelo Executivo liderado pelo Senhor Presidente Vítor Aleixo, é fantástica a capacidade eleitoralista para apresentar um documento desta dimensão. É verdadeiramente fantástico levando em conta o enquadramento que temos, levando em conta os vários exercícios orçamentais que o Senhor nos apresentou e brindou com concretizações tão desfasadas daquilo que sistematicamente apresentou. Disse há bocadinho que eu faltava à verdade, na realidade faltar à verdade, Senhor Presidente, é gerar expectativas para a comunidade e depois ficar aquém, mas a anos-luz. Ou seja, apresenta um orçamento de perto de 200.000.000,00€ e depois vai concretizar de acordo com aquilo que nos é mostrado nos últimos exercícios algo que não ultrapassará se calhar os 40 a 50.000.000,00€ em termos de exercício final do orçamento. Eu pergunto-lhe se realmente o Senhor gosta de apresentar este tipo de, eu diria a postura que passa entre a cigarra e a formiga. Na verdade, gostaríamos de ter um Executivo assim uma espécie de formiga, mas também que fosse capaz de nos comunicar também assim uma espécie de cigarra, naturalmente. Mas o Senhor opta só pela posição da cigarra e que nos promete, fala, fala, fala, apresenta-nos documentos, apresenta coisas muitíssimo interessantes, mas depois não as concretiza, por exemplo, o Mercado Municipal de Quarteira já nos apresentou há anos, isto é, em todos os orçamentos o Senhor apresenta. O Pavilhão Multiusos de Almancil já desde 3 orçamentos seguidos. O Plano de Vilamoura há pelo menos 2 ou 3 que os Senhores apresentam, mas não concretizam nada. Pronto, é um problema das alterações climáticas, é uma questão que dá muito trabalho, eu compreendo tudo isso que dá tudo muito trabalho, mas se o Senhor sabe que dá muito trabalho porque é que passa a vida a apresentar coisas que não concretiza, Senhor Presidente? Eu compreendo que esta coisa de fazer é um bocadinho mais difícil do que falar, eu compreendo tudo isso. O Senhor apresenta um orçamento fantástico, gostaríamos que fosse concretizável porque na verdade todas as áreas fundamentais para a vida social de qualidade no nosso Município estão carentes de investimento e o Senhor não faz investimento. É a questão da habitação, é a tristeza que se conhece, o Senhor nem um único fogo comprou, que se prometeu

comprar no ano passado, nada, então fazer é uma miragem, vamos ver, talvez para si precisaria de mudar a Lei Constitucional para que os exercícios municipais fossem de 10 anos, talvez, o seu plano seria sempre a 20, 30 anos, algo assim, para concretizar aquilo que promete, mas infelizmente é a Lei que temos, aquela que o Senhor gosta de exigir que cumpram, mas que depois também não cumpre. Quando eu disse há pouco que o Senhor efetivamente não cumpre a Lei, não segue os cidadãos, eu lembro-me que o ex-Presidente da Assembleia Municipal se foi embora porque o Senhor não cumpria e não queria cumprir aquilo que prometera aos cidadãos, que a Câmara não dava resposta aos pedidos dos cidadãos. Os cidadãos não são entidades desconhecidas, são as pessoas que pagam os impostos para o Senhor poder gastar o dinheiro, compreende? Para o Senhor poder ter o seu exercício, essas mesmas pessoas que destes quase 40.000.000,00€ em pessoal que agora o Senhor propõe gastar continuam à espera de uma concretização mais próxima daquilo que são as necessidades dos cidadãos. Mais real da economia. Quando eu disse que o Senhor é inimigo da economia é uma interpretação minha, porque se alguém falta à verdade, diria eu, é o Senhor Presidente da Câmara, não são os deputados da oposição. Relembrando isto aqui, no seu Facebook de 27.03. o Senhor apresenta Ladrões de Bicicletas, um Blogue em que diz assim: "não há alternativa, somos todos socialistas." É um exemplo da sua interpretação contra as empresas, em que o Senhor diz mesmo de uma forma implícita que o Estado não deve apoiar as empresas, apesar de a sua empresa ter sido apoiada, esta é a questão, é que o Senhor mostra ali que afinal que todos os empresários querem ser socialistas quando precisam. Não, Senhor Presidente, nós pagamos muitos impostos em que Portugal é recolhida mais de 50% da riqueza total produzida para o Estado que é triturada, depois não é devolvida aos cidadãos, este é que é o problema, compreende Senhor Presidente? Este documento nas suas propostas é fantástico, esta bomba que o Senhor lança em Quarteira através da transferência de competências de 5.000.000,00€ que será gasto essencialmente em despesa corrente, infelizmente, em vez de ser canalizado para o investimento é outro bom exemplo que o Senhor na verdade mostra que já não tem qualquer vergonha nessa matéria, matéria política, o Senhor apresenta o que é necessário apresentar para garantir que custe o que custar, para garantir que vai conseguir ganhar as eleições. Mas custe o que custar é que são todos os cidadãos a pagar e o problema é que depois não temos de retorno o investimento. Aquilo que o Senhor Presidente apresenta nos últimos exercícios desde que é Presidente da Câmara em 7 anos é uma coisa de bradar aos céus, o Senhor compreenderá que alguns deputados da sua bancada, que têm formação na área da economia, ficarão de cabelos em pé pela sua concretização até hoje, Senhor Presidente da Câmara. Eu compreendo que precise de retomar a política e garantir a sua eleição futura,

eu compreendo isso, mas seja mais rigoroso na documentação que apresenta, seja consentâneo com isto - sou capaz de concretizar na ordem dos 50 a 60.000.000,00€ - certíssimo, apresente um orçamento dos 80.000.000,00€, se for necessário fazer as alterações ou retificações, ou seja, orçamentos retificativos apresente, o Senhor tem uma esmagadora maioria na Assembleia Municipal, pode ser mais rigoroso e sério para com o eleitorado, com os cidadãos, mostre aquilo que realmente consegue fazer.----------
---

Pediu para intervir o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Alte (António Martins)**, referindo que gostaria mais uma vez e, seguindo nas palavras do colega Calçada Correia, de felicitar a Câmara por este Orçamento e, nomeadamente, salientar algumas das áreas que o nosso Vice-Presidente já optou por evidenciar, nomeadamente, as áreas ambientais e sociais. Aquilo que está previsto para a descarbonização do concelho, extremamente importante, eu sei que há mais coisas na calha que não podem estar ainda neste orçamento porque estão em negociação, por exemplo, com algumas freguesias e que vai ampliar grandemente a capacidade solar do município. Também a questão da habitação que é urgente e já tem sido muito discutida e, obviamente, a questão das medidas fiscais, para quem aqui diz permanentemente que o Município não apoia as empresas e as famílias na sua economia, fiquei surpreendido pela primeira vez, julgo, ouvir da parte da oposição o reconhecimento de que é assim, aliás, em algumas das últimas sessões, alguns elementos da oposição exigiram que se baixassem os impostos, quando era impossível baixá-los mais, porque eles já estão no mínimo há 3 anos, como toda a gente sabe.----------
Relativamente à questão que aqui é sempre muito discutida do aumento de despesas com pessoal, na nossa perspetiva de governação socialista, obviamente, não é possível por um lado conseguir os objetivos de cumprir prazos, responder à economia e aos projetos, etc., e depois não ter pessoas para o fazer. Claro que a perspetiva neoliberal do PSD é muito fácil, entrega-se isto aos privados e eles resolvem-nos o problema e devolvem-nos com tudo feito, provavelmente sem nenhuns interesses por trás e sem a perspetiva do lucro, acima de tudo, que aliás agradeço ao Senhor Deputado Mário Botelho ter dado o exemplo das cantinas escolares para exemplificar como esse investimento no privado é que devia ser e que o investimento público é péssimo porque permite-nos mais uma vez dizer que esse investimento no privado fornecia refeições a 0,86€ refeição completa às nossas crianças, que a sopa era água, que a carne era estilhaços de carne, que o peixe era estilhaços de peixe e que as verduras obrigatórias por Lei eram meia dúzia de ervilhas no meio do arroz que se comia refeição sim, refeição não, porque o outro era massa. E que a Câmara tinha dezenas de reclamações dos pais, que já sabemos que não chegavam ao Senhor Presidente da Câmara porque o

Senhor Deputado Seruca Emídio também lhe disse, todas as semanas. Mais, esse excelente serviço privado, que aliás beneficiava uma empresa nacional, mas de âmbito internacional, nenhuma empresa do concelho, nem dinamizava a economia do concelho até porque todas as instalações onde essa empresa trabalhava eram públicas construídas pela Câmara, os materiais eram fornecidos pela Câmara, todos os equipamentos foram fornecidos pela Câmara e essa empresa que assumiu a responsabilidade de pelo menos manter estes materiais quando abandonou o contrato deixou-os em total degradação. Isto é, meus senhores, aquilo que vocês defendem. Para não dizer que quando a Câmara assumiu contratar pessoas para as cantinas, criou muito mais postos de trabalho do que essas empresas tinham, aliás, tinham que ter o mínimo possível para terem lucro com aqueles valores e a qualidade das refeições disparou de tal forma que os professores e os funcionários que nem um comia nessas cantinas passaram também a comer nas cantinas, o que é também um bom avaliador da qualidade e de como ela aumentou. Já agora relembro que tudo isto pagando os pais exatamente o mesmo valor, ou seja, para as refeições de qualidade e para um maior número de postos de trabalho que neste momento existem, os pais pagam 1,46€ e pagavam o mesmo 1,46€ para as tais refeições que a empresa vendia à Câmara a 0,86€, sendo que as crianças queriam levar a fruta para o recreio, não podiam, se queriam levar o pão para o recreio não podiam porque não sobrava fruta, nem pão, porque de acordo com essa empresa privada eles não forneciam refeições, forneciam um serviço de refeição entre as 12 e as 14 horas e tudo o que ultrapasse esse espaço tinha que ficar lá e não podia ser levado para fora. Foi a justificação que nos deram. Isto, meus senhores, é o liberalismo total aplicado à economia da nossa educação e do nosso concelho. Portanto, ter uma economia mista onde a Câmara tem capacidade de desenvolver as suas funções sem necessidade absoluta de recorrer aos privados, permite não só dar um serviço de qualidade melhor, mas também que quando tem que contratar os privados permite-lhe ter um contrabalanço para o preço e para a qualidade.-------

---

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, em resposta à intervenção do Senhor Deputado António Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Alte, eu não concordo com aquilo que disse por várias ordens de ideias. Primeiro que tudo, quando se cria rigidez nos custos em qualquer instituição seja ela pública ou privada em face a momentos económicos mais difíceis torna-se extremamente difícil reduzir o custo estrutural dessa empresa, seja ela pública, seja ela privada do qual a Câmara Municipal de Loulé é claramente um exemplo. O que eu quero dizer é que esta é uma gestão muito mais proveitosa, muito mais rentável, por vezes, optar por serviços externos para evitar justamente esse aumento do custo fixo que é o que está a acontecer neste

momento na Câmara Municipal de Loulé. O custo com o pessoal tem aumentado exponencialmente, como disse há pouco aumentou entre 2019 e 2021 na ordem dos 17%, à ordem dos 6.000.000,00€, se compararmos para os anos anteriores provavelmente a despesa com pessoal terá crescido certamente perto dos 20%, o que é inadmissível. Se havia má qualidade dos produtos, a única coisa que devia ter feito esta Câmara ou outra Câmara era revogar o contrato, era denunciar o contrato pela má qualidade dos produtos e negociar com uma empresa dentro do mesmo preço ou com um preço ligeiramente superior que pudesse dar a mesma qualidade de serviço, não é o problema das refeições, é o problema do agente que dava as refeições. Esquece o Senhor Presidente da Junta de Freguesia que 1,46€ que custava a refeição neste momento não custa 1,46€, custa 1,46€ mais o custo com o pessoal, mais o custo de investimento que está feito nas escolas do Município. Portanto, certamente que este custo por refeição terá sido extrapolado para muito mais do que aquilo que custava quando era prestado por empresas. Quando não se percebe ou se quer dar palpites sobre aquilo que não se conhece é preciso ter em conta o que é que está nos meandros dos custos e, portanto, o Senhor Deputado António Martins deveria ter feito uma análise mais rigorosa que não só serve dizer que a qualidade do produto era inferior e que agora é melhor, que o preço mantém-se o mesmo, mas sabendo que existe uma série de custos e uma série de valências que estão atribuídas aos produtos e, obviamente, ao custo com o pessoal, o custo com o investimento, o custo com as estruturas. Deixar uma nota final de que não é tão linear de que as refeições nas escolas têm sido um ex-libris, pelo contrário, tem havido muitas reclamações que as refeições são confecionadas em escolas diferentes daquelas onde são servidas e que muitas vezes as refeições dos miúdos vêm muitas vezes frias e não têm capacidade de poderem ser consumidas na altura, tem havido muitas reclamações por parte dos pais, por parte das crianças que provavelmente terá sido conhecimento desta Câmara Municipal. Portanto, não é assim tão linear que a qualidade de confeção de alimentos pelas próprias escolas têm assim tão rigor, têm assim tanta qualidade como aquela que possa ser eventualmente ser prestada por outras empresas e que permitiria, tal como dizemos, isto não tem nada a ver com ideologia apenas com racionalidade de investimentos, criação de postos de trabalho, criação de riqueza, criação de impostos para que a Câmara Municipal de Loulé, os funcionários públicos e todos nós possamos receber dividendos daquilo que é a atividade privada. Recordo, Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia, de que quem paga impostos, quem suporta a atividade pública não é certamente o Estado porque o Estado não gera um único cêntimo, pelo contrário, retira liquidez do Estado. Por isso, era importante que o Senhor tivesse algum cuidado, alguma sensibilidade quando fala da atividade privada e fala de um liberalismo ou de outros casos quaisquer sem que tenha em conta de que todos os

impostos são gerados pela atividade privada e isso é importante para que os funcionários públicos, a segurança pública, os hospitais, as escolas tenham a capacidade de poder ser mantidos nos seus postos de trabalho e até receber os seus salários que isso vem, obviamente, da atividade privada.----------

---

Pediu para intervir o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Alte (António Martins)**, para esclarecer o Senhor Deputado Mário Botelho de algumas pequenas incorreções ou grandes incorreções que ele disse, nomeadamente, devo informá-lo que já na altura uma refeição decente para as crianças custava 2,50€ incluindo custos de pessoal, gás, eletricidade, detergentes, etc. Neste momento presumo que deve estar perto dos 3€ no mínimo, considerando a inflação e os gastos. Mas esta Câmara, e o Partido Socialista, sempre assumiu que a qualidade da comida das nossas crianças é muitíssimo mais importante do que a questão económica. Portanto, Senhor Deputado, eu sei as contas, o Senhor é que não sabe, eu sei exatamente do que eu estou a falar, o Senhor é que não sabe. Eu nunca fui contra as empresas privadas, não fui enquanto estive na Divisão de Educação, não sou enquanto Presidente de Junta, aliás, pode perguntar a todas as empresas que trabalham para a nossa Junta de Freguesia, e são bastantes, embora o Senhor não acredite que nós consigamos fazer uma obra de 150.000,00€ temos um orçamento bastante mais elevado que isso, posso-lhe dizer, e tenho pena que o Senhor como principal Deputado da oposição, alardeie uma tão grande ignorância acerca de tantos assuntos. E nós Partido Socialista e nós Presidentes de Junta não somos contra a iniciativa privada, somos a favor de um equilíbrio entre aquilo que é iniciativa privada e aquilo que é intervenção do Estado de forma a que ambos beneficiem e que ambos possam oferecer qualidade e preço competitivo e não que ganhem uns e outros percam.- ----------

---

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dirigindo-se ao Senhor Deputado António Martins, creio que o Senhor se equivoca frequentemente e a eloquência do seu discurso não o dignifica. Eu quando contesto a sua posição relativamente às questões que fala e, nomeadamente, a questão das refeições escolares não entro em críticas particulares, coisa que o Senhor tem referido com abundância. Portanto, eu também não vou por aí, tento refutar aquilo e defender aquilo que acho que é correto e aquilo que é a nossa ótica relativamente aos investimentos da Câmara Municipal de Loulé e nesse sentido reitero que o Senhor só fala na qualidade dos produtos e eu digo que a qualidade dos produtos tem a ver com uma opção, se a opção do fornecedor não é aquela que é mais correta, pois a única solução é optar por um fornecedor que forneça os bens e a qualidade de acordo com os parâmetros exigidos pela direção da escola e pela direção da Câmara Municipal de Loulé, agora este é o nosso

intuito e a nossa visão é que quando se investe, quando se retira a atividade privada e se passa a contratar pessoas para desenvolver esse serviço que era feito por empresas privadas o que se está a fazer é retirar liquidez do mercado, está-se a retirar postos de trabalho, está-se a retirar economia. E se isto o Senhor desconhece, por favor, tenha em consideração que isso são factos reais e que acontecem no Município de Loulé, muitas empresas são preteridas por a própria Câmara Municipal de Loulé desenvolver dentro da sua instituição trabalhos que, anteriormente, eram feitos por empresas do Município e que permitia desenvolver mais economia, criar mais empregos e criar, obviamente, mais impostos para que Portugal pudesse desenvolver a sua atividade e nomeadamente o Município de Loulé. É que isto é uma coisa muito fácil de entender, se o Senhor não entende é um problema seu, agora não entre, por favor, em críticas pessoais porque isso não o abona.----------

---

Foi dada a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, para responder às questões dos Senhores Deputados. Referir em primeiro lugar ao Senhor Deputado Carlos Martins do Bloco de Esquerda que foi o único grupo municipal para além do PS que apresentou propostas e é para nós de salutar essa situação do ponto de vista de garantir também o contributo, que é sempre importante. Referir também que houve uma segunda reunião que foi alargada a todos os grupos parlamentares com a apresentação preliminar do Orçamento e pegando nas palavras do Senhor Deputado Mário Botelho, eu tenho que pegar nisto, que é os objetivos do Estado. Bom, os objetivos do Estado eu remeto para o livro de Finanças Públicas do Professor Cavaco Silva e o Estado está claramente lá justificado qual é que é o objetivo do Estado e a intervenção do Estado em termos de regulação do sistema político e do sistema de finanças, mas deixarei para o Senhor Presidente da Câmara essa parte. Pegando nas palavras do Senhor Deputado Calçada Correia, este orçamento não é um orçamento de 2009, é um orçamento de 2021 e é um orçamento com moderação, ou seja, nós fizemos um exercício que foi não estamos a empolar a receita, estamos a ter uma receita muito moderada daquilo que prevemos, temos um saldo transitado que nos dá alguma garantia substancial no investimento público que estamos a lançar e é por isso que fazemos uma previsão dos empréstimos bancários, mantendo mesmo assim uma estabilidade do ponto de vista orçamental e do ponto de vista de limite da dívida em termos no Município. Portanto, estamos plenamente tranquilos, era essa a mensagem que queríamos transmitir a esta Assembleia e a quem nos ouve, é um orçamento muito moderado naquilo que é a previsão da despesa e da receita e é por isso que foi apresentado com esta dimensão, é por isso que ele é apresentado também com as várias fontes de financiamento que estão subjacentes. Queria deixar essa garantia de que ele foi construído com

esse rigor do ponto de vista da sua moderação. O nível de investimento é de facto muito elevado, mas tem a ver com uma conjugação muito múltipla do ponto de vista de projetos que terminaram e que foram entregues a esta Câmara, seja internamente ou seja externamente, e que vamos lançar um conjunto de concursos públicos e esses investimentos têm que estar garantidos do ponto de vista de compromissos orçamentais. É por isso que este orçamento é apresentado desta forma substancial e tal como referi na apresentação, tal como o investimento público pediu 46% e são números substanciais de 2018 para 2019, entendemos que de 2019 para 2020 ainda vai aumentar mais e de 2020 para 2021 ainda mais. Portanto, a execução tem sido grande, porque também o montante de cada investimento também tem sido substancial e é isso que temos também aqui neste Orçamento.----------

---

Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, dizendo que o Deputado João Guerreiro invocou um comentário que terei feito a um artigo que não sei quem o escreveu, não me lembro, provavelmente o Ricardo Pais Mamede, um dos autores do blogue Ladrões de Bicicletas, onde terá dito que somos todos socialistas. Bom, isto porquê? Eu acho que o Deputado João Conceição não leu o artigo, de certeza absoluta, ou então estamos perante um problema sério de literacia económica, que também pode acontecer, mas não quero acreditar nisso. Senhor Deputado, em períodos de crise não é preciso ser social-democrata, até é muito liberal a Europa hoje, qual é a resposta que deu à crise? É injetar dinheiro nas empresas, na atividade económica, com programas de apoio de ambição e amplitude nunca vistas à escala europeia e em cada um dos países que compõem a União Europeia. Se o Senhor não aceita isto, desculpe, é porque está um bocado a leste como é que funciona a economia nas suas linhas gerais e, portanto, eu disse que em períodos de crise as empresas têm que ser ajudadas pelo Estado, é para isso que o Estado existe, é para isso que cobra impostos. E falam muito aí, pagamos impostos, pagamos impostos, com certeza que pagam impostos, todo o cidadão, as empresas devem pagar impostos porque se não como é que resolveríamos os problemas quando eles se apresentam e quando ninguém espera por eles, que é aquilo que está a acontecer neste momento durante esta pandemia? Não vale a pena rirem porque se estão a rir então eu tenho pena, quer dizer que, de facto, vivemos em mundos paralelos e não é possível comunicar uns com os outros. Porque há coisas básicas que eu parto do princípio que são aceites por todos nós, que são evidências, são axiomas da linguagem económica e do debate político. Se os Senhores não querem compreender, tudo bem. Quero novamente corrigir quando o Senhor Deputado diz que a Câmara vai transferir no âmbito da transferência de competências para Quarteira 5.000.000,00€, corrijo desde já que são 2.500.000,00€. Corrijo também quando afirma que a Câmara não

comprou um único fogo até agora. Já lhe disse, Senhor Deputado, vou-lhe repetir, aliás a partir de agora vou ligar a cassete quando diz que não fazemos nada, porque para cassete, cassete e meia, eu também tenho a minha. "Não fazem nada, palavras que o vento leva, os Senhores vivem num mundo irreal", estou cansado de ouvir isso e vou ligar a cassete a partir deste momento. Nós compramos já até esta altura, não como o Senhor diz nem um único fogo, compramos já neste momento 7 fogos, já investimos aí 850.000,00€, lançamos concurso público para 17 fogos, em Salir, fomos o sétimo município no país a contratar com o IRHU um programa ambicioso com um valor de 44.000.000,00€ só para investir em habitação, há inúmeros projetos em curso que, temos dado notícia regular, portanto, não fica bem dizer que não fazemos nada, Senhor Deputado. Nunca foi feito tanto, eu tenho consciência, por isso digo, que nunca foi feito tanto com tanta ambição e com tanto desejo de resolver o problema da habitação no concelho de Loulé como este Executivo está a fazer. Depois, para quem não faz anda, está em construção em Quarteira uma Pista de BMX, foi feito e concluído o Passeio das Dunas que liga a Marina de Vilamoura a Quarteira, está em construção a Rua do Sol, está em construção, tudo grandes investimentos, a Escola D. Dinis, pavimentamos vários arruamentos em Quarteira, inauguramos um Quartel dos Bombeiros em frente ao cemitério, fizemos um quartel novo que também está inaugurado e a funcionar, a Avenida Papa Francisco, que o Senhor circula lá muitas vezes, não pode dizer que não existe, a mesma coisa para a Avenida do Atlântico, que agora quando for para Quarteira há-de passar por ela, adquirimos o Casino Velho com um projeto que está neste momento concluído, adquirimos os terrenos das Oficinas do Casinha na baixa de Quarteira ali junto ao edifício da lota, alindamos várias rotundas em colaboração com a Junta de Freguesia de Quarteira, fizemos 2 parques de estacionamento, temos projetos e vamos abrir concurso já na próxima reunião de Câmara para a construção do Mercado Municipal de Quarteira. Explicamos que não foi feito mais cedo por causa do estudo que tivemos que fazer sobre a elevação das águas do mar, temos 2 projetos e vamos abrir concurso este ano para 2 equipamentos escolares em Quarteira, temos um projeto em fase adiantada de trabalho que é o Centro Educativo e Cultural de Quarteira, está a fazer-se um projeto de grande ambição de importância nacional e até europeia para as políticas de envelhecimento ativo em Vilamoura, demos apoio a centenas de famílias em Quarteira porque se atrasaram nas rendas das casas, porque não tinham dinheiro para pagar medicamentos, porque lhes cortaram eletricidade. Quarteira tem tido uma procura enorme por investimentos, aliás, Quarteira tinha prédios abandonados, pode ir hoje a Quarteira estão recuperados, foram vendidos pelos investidores, as coisas estão a correr bem. O Senhor vive numa freguesia extraordinária, os senhores vivem num concelho fantástico, com uma dinâmica,

com capacidade de inovar, com capacidade de governar em áreas absolutamente novas em que é pioneiro em Portugal, e o Senhor permite-se vir para aqui fazer um discurso tão baixo, tão medíocre que só passo acreditar que ou o Senhor não tem consciência do que diz, porque eu não acredito que esteja a mentir deliberadamente, eu esforço-me, ligo a cassete as vezes que forem necessárias, vamos elevar o nível do debate político neste órgão.----------

---

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, para dar apenas uma nota de rodapé pois, de facto, fico bastante constrangido quanto às 2 últimas intervenções, claramente que o Senhor Presidente da Câmara e o Presidente da Junta de Freguesia de Alte quando as críticas não lhes são favoráveis entram no ataque pessoal e no ataque baixo que não podia deixar poder passar aqui nesta Assembleia. Discurso medíocre é algo que não abona certamente o Senhor Presidente da Câmara e acho que deve até ter um pouco de cuidado com a forma como utiliza o seu argumentário e a forma como utiliza o seu léxico para que possa contestar as posições da oposição que foram eleitos e isto não deve acontecer, como não deve acontecer o discurso do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alte, também um discurso baixo, peço desculpa, um discurso pouco digno que não dignifica a bancada do Partido Socialista, não dignifica esta Assembleia, não dignifica a democracia no Município e estas pessoas não podem, quando são contestadas, quando as suas posições são abaladas, entrar num discurso ofensivo, de política baixa, no qual não entramos e recusamos a participar. Só para deixar uma breve nota, Senhor Presidente da Câmara, se todos nós fossemos trabalhar para a Função Pública, gostaria de saber do que é que o Estado viveria.----------

---

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, referindo ter mais algumas questões para colocar, nomeadamente uma pergunta muito direta, como é que pensa a Câmara, nomeadamente o Senhor Vice-Presidente que até invocou o Duarte Pacheco, cumprir o plano de compromissos plurianuais para o período de 2021-2025, tendo em consideração as receitas próprias do Município que rondam os 100.000.000,00€, ano sem recurso ao endividamento? Contrariamente às teses propagadas pelos liberais, nós concordamos inteiramente que em tempos de crise económica, que se vislumbra que vai ser longa, que só com o alavancamento de grandes investimentos públicos se conseguirá uma recuperação mais rápida da economia e do desenvolvimento económico neste concelho. Sem investimento público neste momento o país já tinha parado. Depois queria alguns esclarecimentos, nomeadamente, na página 4 do Relatório, no último parágrafo diz que "entre 2016 e 2018 foram criadas 6639 novas empresas no concelho de Loulé. Entretanto se verificarmos no mapa em cima, vemos que no ano de 2016

eram 12024 e em maio de 2018 eram 13488, o que somam 1464, certamente será um erro. Depois nas páginas 22 e 23, gostaria que me esclarecesse se estas verbas dos fundos comunitários previstos para o ano de 2021 e nomeadamente sobre 2 obras que estão aqui, a requalificação da Escola D. Dinis, um montante de apoio de 2.494.000,00€ se é o que resta da comparticipação prevista pelo Estado ou se é uma nova comparticipação. E, por outro lado, estranhamos que a recuperação do Palácio Gama Lobo, que já foi inaugurado há 1 ano e tal, tenha aqui um montante de apoio previsto para este ano de 805.000.000,00€. Por outro lado, na página 27 gostaria também de perceber da parte da Câmara, que é nas responsabilidades contingentes que a Câmara tem um risco potencial de 1,8 milhões de euros referentes a processos judiciais em curso, isto é referente a quê? Já agora também gostaria de saber.----------

---

Para responder, foi dada a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão,** dizendo que responsabilidades contingentes são as previsões de vários processos que nós aplicamos uma percentagem de previsão daquilo que poderá ser responsabilidade da Câmara. Agora especificamente não tenho aqui, nem sei se em termos jurídicos é o local que eu posso transmitir estes processos judiciais. Em relação ao início que é as empresas constituídas, atenção que isto é a criação de empresas, é preciso tirar entretanto as empresas que "morrem" porque a maior parte delas em menos de 3 anos morrem do ponto de vista da sua estrutura que são estruturas bastante pequenas e é assim por todo o país e é por isso que tem esses valores. Em relação aos fundos comunitários em montante total, em relação à recuperação do Palácio Gama Lobo ainda está a parte para ser recebida.----------

---

Pediu para intervir o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, para dizer 2 ou 3 coisas muito rápidas. O Senhor Presidente da Câmara deverá entender uma questão, a Assembleia Municipal é um órgão de combate político, de intervenção política. O Senhor Presidente da Câmara não lida bem com a discordância. Naturalmente que se torna deselegante, mal-educado, por vezes. A baixa política não deve ter lugar nesta Assembleia ou no exercício que nós devemos ter em mente. Só para lembrar, em termos de mediocridade eu poderia dizer que o exercício dos seus sete anos em termos de investimento público e em termos de apoio às empresas, à economia e à execução dos seus orçamentos do seu próprio trabalho, das suas propostas, é verdadeiramente medíocre, apesar da imensidão de dinheiro que o Senhor já gastou dos cidadãos, dos impostos dos cidadãos e do que esteve disponível na sua mão para gastar, para apoiar a atividade económica e a população em geral. Mediocridade é o exercício da sua política. Só para dizer o seguinte, o Senhor apoia as empresas ou diz que, por toda a Europa foi feita a

injeção massiva de dinheiro nas empresas, o Senhor não injetou um cêntimo apesar de ter excedente orçamental e fala em apoiar as empresas quando o Senhor próprio também já foi apoiado. Isto é que se fala de uma forma séria, clara e não faltar à verdade. Portanto, sejamos sérios, eu tenho respeito por si como por todas as pessoas, pelo exercício da política e gostaríamos que fossemos capazes de manter a dignidade política, isso é que é um aspeto relevante e importante para os agentes políticos.----------

---

Passou-se à votação:----------

---

a)- **Proposta 55/2020- Deliberação** relativa ao **Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2021**, de acordo com o disposto no artigo 25.º, n.º1 alínea a) e artigo 33.º, n.º 1 alínea c) da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 1666**-2020]; foi **aprovada por maioria**, com 23 votos a favor, 5 abstenções, 4 deputados que não participaram na votação e 1 impedimento do Deputado Carlos Costa (PS).----------

---

b)- **Proposta 56/2020- Deliberação** relativa à **Proposta de Fiscalidade Municipal para 2021, Fixação da Taxa de IMI, incluindo a redução da Taxa de IMI para as freguesias do interior e para famílias com dependentes;** - A fixação da Percentagem referente à participação variável do IRS; - a aplicação da Derrama sobre o lucro tributável e não isento de IRC, nos termos do artigo 112.º do CIMI, alínea c) do n.º 1; [**Proposta da Câmara Municipal n.º 1652**-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi **aprovada por unanimidade**----------

---

c)- **Proposta 57/2020- Deliberação** relativa à **Assunção de Compromissos Plurianuais - Ano 2021**, nos termos do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro na redação atual [**Proposta da Câmara Municipal n.º 1678**-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi **aprovada por maioria**, com 27 votos a favor, 5 abstenções do PSD e 1 impedimento do Deputado Carlos Costa (PS).----------

---

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)** para uma declaração de voto. Declaração de voto conjunta do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2021, Fiscalidade Municipal e Compromissos Plurianuais 2021-2025. O Bloco de Esquerda entregou atempadamente um conjunto apreciável de sugestões para diversas áreas de intervenção municipal. Verificamos com agrado que algumas constam no Orçamento, esperamos que na próxima revisão orçamental possam incluir novas propostas. Temos a perfeita noção que 2021 vai ser um ano difícil, com complicados desafios para o Município que implicam consensos ao nível

político local na procura de soluções rápidas para o apoio às famílias, empresas mais afetadas pela crise económica provocada pela pandemia. O orçamento inicial para 2021 ascende a 108.000.000,00€ passando a 190.000.000,00€ para após a revisão orçamental com a incorporação do saldo da gerência de 52.000.000,00€ e mais 35.000.000,00€ devidos à contração de empréstimos, traduzindo num aumento de 77.000.000,00€ em relação ao orçamento inicial. Como vimos, dinheiro não vai faltar, obras previstas também não, esperando que existam capacidades para concretizar o previsto no orçamento. Para 2021, estão previstos em despesa de capital investimentos na ordem dos 101.000.000,00€, com estas avultadas verbas é preciso um planeamento eficaz para que as obras prioritárias não fiquem esquecidas e se alcance uma taxa de execução considerável. Voltamos aos tempos do endividamento, ao aumento das despesas correntes e também o aumento com os encargos com pessoal, numa altura que a economia apresenta sinais de debilidade e retração no setor do turismo e restauração, a par de uma redução previsível no IMT. Neste Orçamento são contempladas diversas medidas com as quais concordamos que visam minimizar os efeitos da crise sanitária e por criar estímulos para a recuperação económica do tecido empresarial no concelho, assim como à manutenção de medidas fiscais agravadas e da isenção de algumas taxas municipais, pretende manter o elevado nível de endividamento público estruturante nas áreas da habitação, educação, cultura, saúde e ação social distribuído por todo o concelho e com impactos muito positivos para as empresas na criação e manutenção do emprego e na promoção da economia local. Concordamos com as taxas apresentadas para a Fiscalidade Municipal, optando pela manutenção das taxas mínimas do IMI, a minoração para as famílias com filhos e da taxa reduzida para o interior, na devolução do IRS e na isenção da derrama. No entanto em termos do IMI, o Executivo deveria ter ido um pouco mais longe e ter coragem para majorar em sede de IMI os imóveis devolutos, terrenos localizados em zonas urbanas, assim como aplicar uma redução de 30% no imóvel da primeira habitação para as famílias afetadas com perdas de rendimentos ou desempregados e imóveis de empresas sediadas no concelho em consequência da pandemia e da crise económica existente. Concordamos com os compromissos plurianuais para o período 2021-2025 com investimentos previstos na ordem dos 386.000.000,00€, sendo que para 2021 estão destinados perto de 90.000.000,00€, dos quais salientamos que 16.000.000,00€ são para a aquisição de novos fogos de habitação no concelho. No entanto, convém relembrar que as receitas da Câmara ascendem aos cerca de 100.000.000€ e destes, mais de 77% estão comprometidos com despesas correntes. Finalmente, registamos que os objetivos e prioridades deste Orçamento são coincidentes com algumas das nossas propostas e necessidades das populações, mas temos muitas dúvidas tendo em conta a capacidade e a

ausência de planeamento demonstrada pela Câmara nos anos anteriores que os investimentos previstos sejam executados dentro dos prazos apresentados. Tendo em consideração ao exposto, o Bloco de Esquerda dá o benefício da dúvida e vota a favor da Proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano para 2021, da Fiscalidade Municipal e dos Compromissos Plurianuais para o período 2021-2025 apresentados pela Câmara.----------

---

O Senhor **Presidente da Assembleia**, informou que dado o avançar da hora e estando a chegar a 1 hora da manhã, prazo que está definido como limite para o funcionamento da Assembleia, será dada a continuidade da sessão no dia seguinte, 30 de dezembro de 2020, pelas 21 horas, com os tempos que cada entidade tem neste momento, dando por terminada a sessão.----------

---

Em seguida, deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.----------

---

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA_____

A 1ª SECRETÁRIA_____

A 2ª SECRETÁRIA_____

Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Loulé

Moção | Voto de Louvor pelo trabalho das IPSS em tempo de Pandemia

A pandemia originada pelo Sars-Cov-2 ou covid 19 tem posto à prova a capacidade das sociedades se reinventarem e de se unirem num combate que é de todos, mas que tem afetado em particular os mais vulneráveis, as pessoas de menor rendimento e menor escolaridade.

A pandemia pareceria demonstrar que perante este vírus seriamos todos os iguais, que todos poderemos ser infetados, que nenhuma região ou país por mais poderosos que sejam se mostraram capazes de impedir a circulação do vírus. No entanto todos os estudos publicados demonstram que os efeitos da pandemia atingem sobretudo os mais desfavorecidos em todas as sociedades, acentuando as desigualdades pré-existentes.

É neste contexto, que as IPSS, incontornáveis pilares do Estado Social, nascido com a democracia, têm sido determinantes, complementando a segurança social, e os municípios na implementação de políticas sociais, enquanto entidades de natureza humanista e solidária, com profundo conhecimento das comunidades em que se inserem, desenvolvem a sua ação junto dos que mais precisam, procurando dar resposta aos problemas sociais emergentes.

Este sector enfrenta no contexto da pandemia, com consequente agravamento da situação económica e social de muitos dos nossos concidadãos, desafios acrescidos a que têm sabido responder e que vão muito além do tradicional e meritório papel de minimização dos impactos das crises nos mais desfavorecidos.

A Assembleia Municipal de Loulé, aprova em plenário o presente voto de Louvor, reconhecendo o trabalho feito pelas direções das IPSS do concelho de Loulé bem como dos seus funcionários e voluntários, que durante esta pandemia estiveram na "linha da frente" na salvaguarda dos direitos de todos os cidadãos em especial dos mais vulneráveis e desfavorecidos, pelo excelente trabalho e dedicação que estas instituições que no fundo são feitas por pessoas (órgãos sociais, trabalhadores, voluntários) para cuidar de pessoas, reconhecendo também o papel da câmara municipal e de tantos privados no apoio a estas entidades através de subsídios ou de apoio logístico, apoios estes essenciais para levar a cabo esta tarefa de ajudar o próximo. Mais propõe que esta moção seja enviada para as IPSS do concelho de Loulé, para a Direção regional da segurança social e para os meios de comunicação social regionais.

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Loulé,

Loulé, 29 de dezembro de 2020